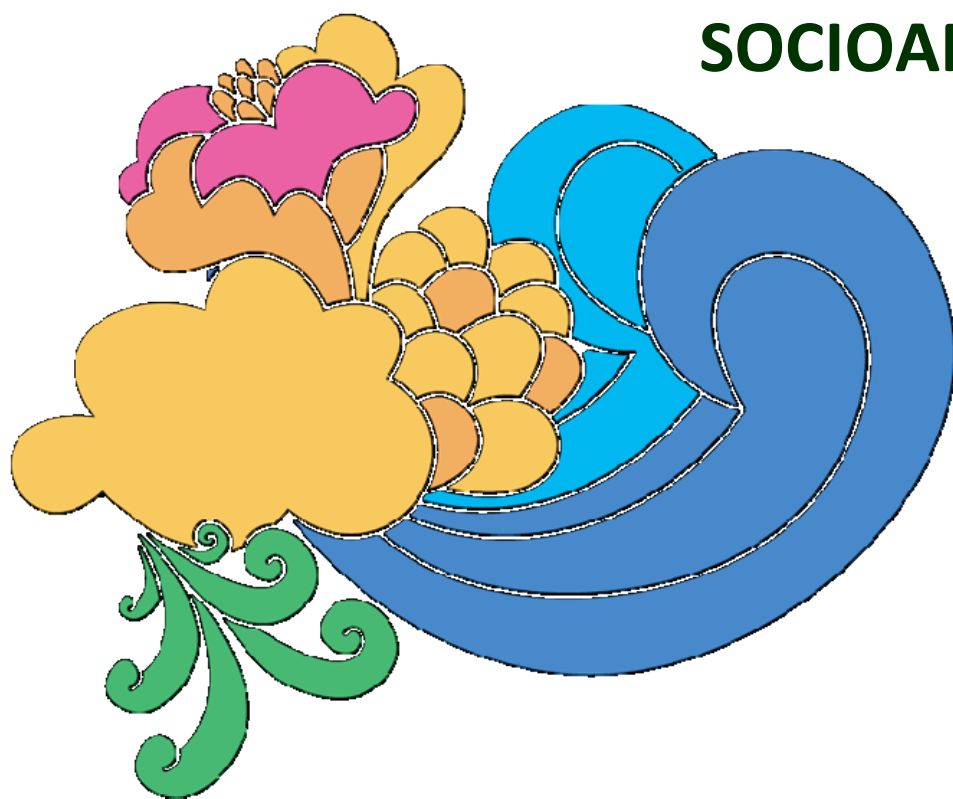


RELATÓRIO ANUAL DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 2009



Tudo o que precisamos é de Terra

A terra é a fonte de toda a nossa energia. Acreditamos na sua existência plena de vida.

Por ela, estamos na linha de frente mundial no desenvolvimento sustentável com o objetivo de sermos uma empresa Carbono Livre e líder em energias renováveis.

Por ela, utilizamos as tecnologias mais avançadas, para gerar a energias mais limpa.

Nunca uma companhia de energia esteve tão perto da natureza.

A Terra é tudo e tem tudo o que amamos.

Ela é tudo para nós.

CESA - CASTELO ENERGÉTICA S.A.



Índice

1. DIMENSÃO GERAL	4
1.1. Mensagem do Presidente.....	4
1.2. Informações sobre o Relatório.....	5
1.3. Destaques de 2009	5
1.4. Compromissos	5
1.5. A CESA e a EDP no Brasil.....	7
1.6. Perfil da CESA.....	8
1.7. Organograma	9
1.8. Estratégias e Objetivos	10
1.9. Sustentabilidade do Negócio	12
1.10. Engajamento das Partes Interessadas	13
1.11. Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade	15
2. DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA	17
3. DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	25
3.1. Cenário macroeconômico e o setor de energia elétrica	25
3.2. Ambiente Regulatório	25
3.3. Desempenho Econômico-Financeiro	26
3.5. Ativos Intangíveis	28
3.6. Gestão de Riscos	30
4. DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL	33
4.1. Indicadores Setoriais Externos - Fornecedores	33
4.2. Indicadores Setoriais Externos – Comunidade	33
4.3. Indicadores Setoriais Externos – Governo e Sociedade	34
5. DIMENSÃO AMBIENTAL	37
6. ANEXOS	43
6.1. Balanço Social Anual 2009.....	43

Dimensão Geral





1. DIMENSÃO GERAL

1.1. Mensagem do Presidente

O ano de 2009 foi decisivo para o futuro da CESA. Em um contexto externo marcado pela volatilidade dos mercados e por restrições de crédito, operamos profundas transformações na Empresa, que a tornaram mais forte e competitiva, mantendo o nosso rumo estratégico de crescimento orientado, eficiência superior e risco controlado.

Nossa atuação foi condicionada, naturalmente, pelo cenário de incertezas desencadeado pela crise financeira internacional, procurando priorizar a manutenção, tanto quanto possível, das margens operacionais. O momento atual exige um nível superior de prudência e de avaliação de riscos. Teremos acrescida cautela na seleção de projetos e de investimentos futuros, e prosseguiremos uma busca cada vez mais obsessiva pela melhoria da eficiência operacional.

Na dimensão interna, agimos orientados pelo desafio de mudanças de comportamento de nossos profissionais e ganhos de eficiência, aspectos centrais do Programa de Transformação Empresarial que lançamos: o Programa Vencer. Ele envolveu a redução de níveis hierárquicos e do número de chefias, a revisão dos processos produtivos, o arranque de 12 projetos transversais, integradores, e o desenvolvimento de uma nova cultura empresarial. No seu âmbito foram estabelecidos entre a Diretoria e cada um dos responsáveis pelas unidades organizativas compromissos de gestão, definindo aspirações e metas individuais, ambiciosas e claramente relacionadas com a transformação da Empresa.

Com nossos fornecedores aprofundamos parcerias e tornamos nossos processos de aquisição de bens e serviços mais abrangentes e competitivos.

Na dimensão ambiental ampliamos o comprometimento de todos com o Projeto Econosco, que conjuga educação dos colaboradores pelo consumo consciente e poupança de recursos naturais. Para a sociedade, o Instituto EDP centralizou os projetos em torno das vertentes educação e desenvolvimento local, em iniciativas que materializam nossa proximidade com as comunidades.

Temos pela frente os desafios de concluir e aprofundar a transformação iniciada em 2009, revisar e aperfeiçoar nossos processos, desenvolver os projetos de crescimento em curso e intensificar o alinhamento de toda a Empresa em torno da nossa estratégia. Temos um plano de investimentos claro, com financiamento já garantido até 2012. Temos políticas de desenvolvimento da nossa estrutura humana que suportam os nossos planos operacionais.

Acreditamos que o Brasil apresenta todas as condições para prosseguir no seu rumo de forte desenvolvimento e de continuado progresso na melhoria da qualidade de vida de toda a sua população. O setor energético é um dos pilares fundamentais para esse desenvolvimento, que se pretende, simultaneamente, sustentado e sustentável. A CESA está preparada para contribuir para a concretização desse objetivo. Estaremos sempre na primeira linha das empresas que participam ativamente do esforço de se encontrar as melhores soluções para o setor e para o País.

Trabalharemos com todas as partes interessadas para tornar os nossos objetivos realidade. Com os nossos acionistas o nosso compromisso é o de continuar a melhorar os resultados econômicos, reforçando a confiança na empresa e no seu futuro. Com os nossos colaboradores, continuaremos a construir uma organização onde aprendamos e ensinamos diariamente, da qual muito nos orgulhamos. Com os nossos parceiros, continuaremos a desenvolver projetos criadores de valor. Para os nossos clientes, reforçamos a excelência do nosso serviço e o nível de satisfação. Nas comunidades do entorno continuaremos contribuindo para o seu desenvolvimento socioambiental.

Em suma, queremos prosseguir na construção de uma empresa mais sólida e competitiva, de uma sociedade mais justa e responsável e de um ambiente mais equilibrado e sustentável. Esse é o nosso desafio. Esse é o nosso compromisso.

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor-Presidente



1.2. Informações sobre o Relatório

As informações deste relatório referem-se o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009. Dúvidas relativas a este instrumento e ao seu conteúdo podem ser esclarecidas por intermédio do site www.energiasdobrasil.com.br

1.3. Destaques de 2009

- O grupo EDP no Brasil fez oferta pública secundária de ações, realizada em novembro, distribuiu papéis mantidos em tesouraria. A procura superou em quatro vezes a oferta, que alcançou valor de R\$ 401,6 milhões e atraiu investidores brasileiros e internacionais.
- Consolidação do Programa Vencer como instrumento para reestruturação interna da EDP no Brasil. Incluiu redução de níveis hierárquicos e definiu competências e comportamentos que conferem melhoria na eficiência e agilidade na organização.
- EDP torna-se signatária de acordo global sobre as alterações climáticas, com adesão ao Comunicado de Copenhague sobre Mudanças Climáticas, uma iniciativa da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, promovida no Brasil em parceria com a Fundação Getulio Vargas. O texto foi um dos documentos apresentados às discussões da COP15 (15ª Conferência das Partes), realizada em Copenhague, em dezembro.
- Aprovação de três importantes linhas de crédito: (a) empréstimo de longo prazo, no valor equivalente a R\$ 270 milhões, pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI) para as distribuidoras do Grupo; (b) pacote de financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para termelétrica Pecém; e (c) R\$ 76 milhões pelo BNDES para a construção da PCH Santa Fé.
- A EDP no Brasil é a primeira empresa no setor elétrico a conseguir financiamento na modalidade Contrato de Abertura de Crédito (Calc), sendo o montante de R\$ 900 milhões disponível para saque durante cinco anos. Criado pelo BNDES em 2005, esse formato, sem a intermediação de um agente financeiro, simplifica o acesso a financiamentos para empresas com baixo risco de crédito.
- Reconhecimento como uma das 20 empresas-modelo em responsabilidade corporativa, de acordo com o *Guia Exame de Sustentabilidade*.
- Manutenção das ações da empresa no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo, pelo quarto ano consecutivo.

1.4. Compromissos

A EDP no Brasil, holding que detém o controle da CESA, aderiu aos principais compromissos assumidos, dos quais incluem o Pacto Global e os Oito Objetivos do Milênio, duas iniciativas coordenadas pela Organização das Nações Unidas (ONU); o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); o Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo; os Direitos da Criança e do Adolescente; e o consumo responsável, com o Instituto Akatu.

Pacto Global – Em 2007, a EDP no Brasil aderiu ao Pacto Global (Global Compact), uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para encorajar o alinhamento de políticas e práticas empresariais a valores e objetivos aplicáveis internacionalmente e universalmente acordados. Envolve o compromisso com dez princípios fundamentais nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e anticorrupção. Centenas de empresas aderiram ao programa, especialmente em torno do conceito de cidadania como parte importante da globalização. A iniciativa atua como uma rede internacional, em sintonia com quatro agências das Nações Unidas – o Escritório de Alto Comissariado de Direitos Humanos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).



Objetivos do Milênio – De forma integrada ao Pacto Global, a Companhia também se alinha ao cumprimento dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, iniciativa subscrita por 191 países durante um fórum das Nações Unidas realizado em 2000. Na virada do milênio, os governantes assumiram oito objetivos gerais e 15 metas a serem alcançadas até 2015 para a construção de um mundo mais igualitário e inclusivo. O Brasil inclui metas adicionais e mais desafiadoras para a redução da fome e da miséria, a universalização do ensino e a saúde das gestantes.

Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção – Apresentado em 2006, na Conferência Internacional do Ethos, é um compromisso voluntário das empresas para favorecer a ética nos negócios. A Companhia integra o pacto desde 2007, junto com outras 500 empresas e 100 instituições. É uma iniciativa conjunta do Instituto Ethos, da Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).

Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil – A EDP no Brasil aderiu à iniciativa em setembro de 2009, quando assumiu formalmente o compromisso de incrementar seus esforços para evitar o risco de trabalho forçado ou análogo à escravidão em sua cadeia produtiva. As integrantes do Pacto mantêm uma “lista suja” de empresas que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à escravidão. O comitê de coordenação e monitoramento é composto pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, pelo Instituto Observatório Social, pela ONG Repórter Brasil e pela Organização Internacional do Trabalho.

Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – A adesão ao Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development – WBCSD) ocorreu em 2007. Essa é uma coligação de cerca de 200 empresas líderes mundiais que busca aprofundar as discussões relacionadas à excelência ambiental e aos princípios do desenvolvimento sustentável. No Brasil, atua o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

Instituto Akatu – A EDP no Brasil e sua controlada CESA apóiam a ação para a mudança de comportamento do consumidor, por meio da comunicação e da educação. O Instituto Akatu é uma organização não governamental, que atua com o objetivo de ensinar o cidadão brasileiro a evitar o desperdício e informá-lo sobre a importância do consumo consciente dos recursos naturais para a redução dos impactos sob o planeta.

GHG Protocol – Em 2008, a EDP no Brasil aderiu ao Programa Brasileiro do GHG Protocol (*Greenhouse Gases*, ou Gases de Efeito Estufa – GEE), iniciativa que visa incentivar a gestão voluntária das emissões. É a ferramenta mais utilizada por empresas e governos para entender, quantificar e gerenciar emissões atmosféricas. Foi desenvolvida pelo World Resources Institute (WRI) em parceria com o World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), com base em um amplo processo de consulta pública.

Carbon Disclosure Project (CDP) – Financiado pelo Carbon Trust do governo britânico e por um grupo de fundações liderado pela Rockefeller Foundation, o projeto constitui-se na maior coalizão de investidores do mundo, reunindo 534 signatários que gerenciam ativos de mais de US\$ 64 trilhões. Por meio dos questionários que envia anualmente a mais de 3 mil empresas de todos os continentes, o CDP mantém o maior banco de dados com informações confiáveis sobre emissão de gases causadores do efeito estufa no globo, e seus relatórios, divulgados todos os anos, oferecem uma análise detalhada de como as grandes corporações se posicionam em relação às mudanças climáticas.



1.5. A CESA e a EDP no Brasil

Holding de um grupo de empresas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, a EDP no Brasil mantém ativos em oito estados brasileiros – São Paulo, Espírito Santo, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e atende cerca de 2,7 milhões de clientes concentrados nos segmentos residencial, comercial e industrial.

É a quarta maior empresa privada de distribuição do País, pelo critério de volume de energia vendida; a quinta em capacidade instalada de geração; e a terceira em comercialização de energia – de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As atividades de geração são integradas pelas empresas Investco, Enerpeixe, EDP Energest e Ceneael, que mantêm empreendimentos hidrelétricos e eólicos com capacidade total de 1.738,7 MW no final de 2009. Direta e indiretamente, participa das usinas hidrelétricas de Lajeado e Peixe Angical, ambas no Rio Tocantins, de 15 pequenas e médias usinas hidrelétricas nos Estados do Espírito Santo e do Mato Grosso do Sul, e da Ceneael, que opera dois parques eólicos em Santa Catarina. Está construindo a Usina Térmica de Pecém, no Ceará, com capacidade de 720 MW, em parceria com a MPX Energia, e um parque eólico no Rio Grande do Sul, em conjunto com a EDP Renováveis.

Em 2009, a Companhia gerou 6.892 GWh de energia, distribuiu 21.313 GWh e comercializou 8.586 GWh. A receita líquida totalizou R\$ 4.648 milhões, a geração de caixa (EBITDA – resultado antes de juros, impostos, depreciação e a amortização) somou R\$ 1.419 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 625 milhões. Em 31 de dezembro, empregava 2.331 pessoas diretamente e 3.259 colaboradores contratados de terceiros. No ano, vendeu a participação de 100% que detinha na ESC 90 Telecomunicações Ltda., para manter o foco no negócio principal, o setor elétrico.

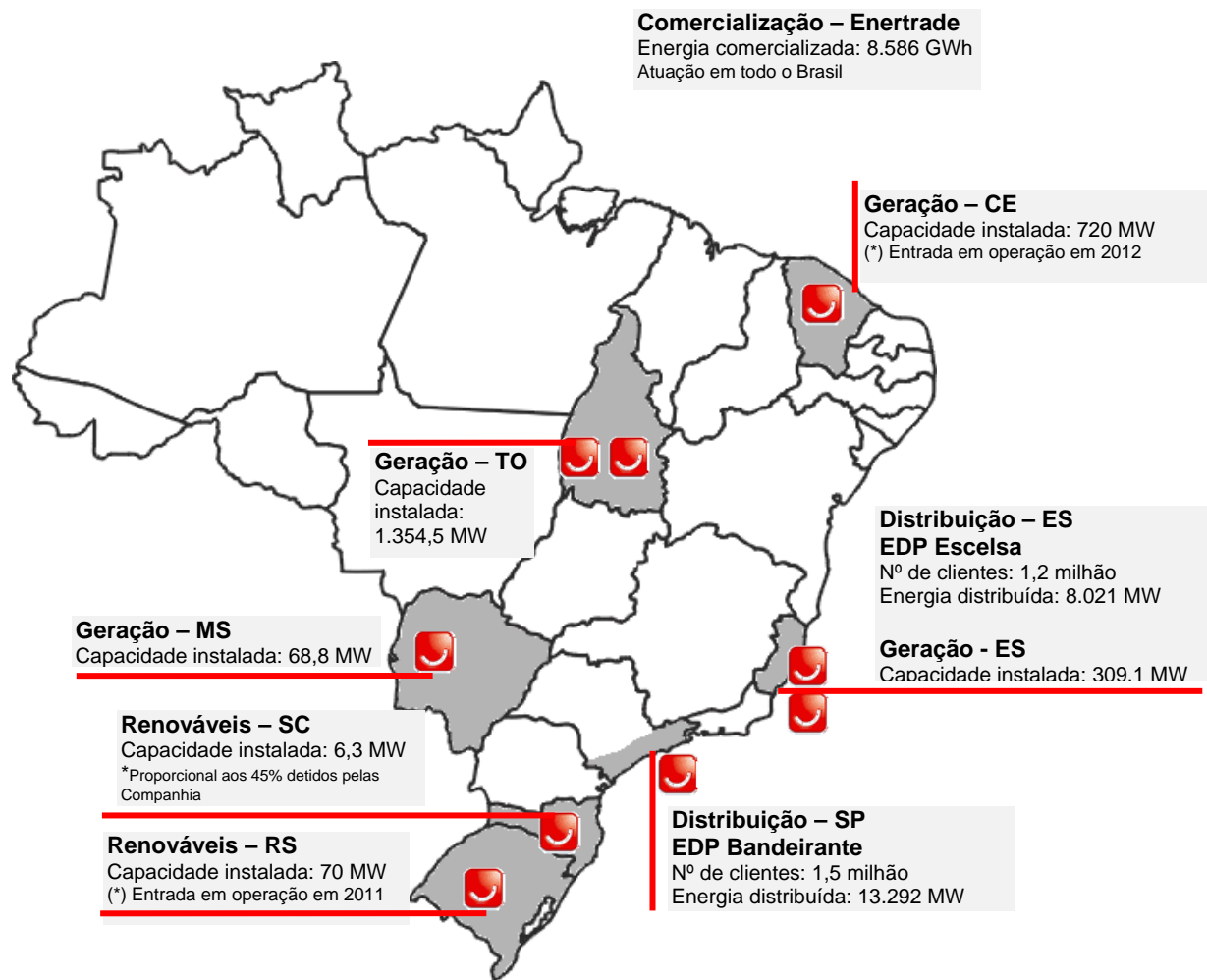
Empresa de capital aberto, mantém ações negociadas desde julho de 2005 no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), segmento que reúne empresas que assumem compromissos adicionais de transparência e tratamento igualitário dos acionistas. O controle acionário (62,4% do capital total) pertence à EDP – Energias de Portugal, uma das maiores operadoras europeias do setor elétrico e quarta maior geradora de energia eólica do mundo.

Reconhecida como uma das 20 empresas-modelo em responsabilidade corporativa, a EDP no Brasil integrou pelo segundo ano consecutivo o Guia Exame de Sustentabilidade. Também recebeu o Prêmio Época de Mudanças Climáticas, que prestigia empresas líderes em políticas climáticas.

Esses destaques revelam a busca do equilíbrio entre as operações da Companhia e seus públicos estratégicos, com diferentes iniciativas para aprofundar o diálogo, ampliar e aprimorar práticas e relacionamentos com colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades, entidades e órgãos governamentais. Todas as ações são alinhadas aos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, à Política de Sustentabilidade e ao Código de Ética que conduzem sua atuação.



PRESENÇA NO BRASIL



1.6. Perfil da CESA

A Castelo Energética S.A. – CESA, constituída em 01 de janeiro de 1999, é uma empresa controlada pela EDP Energest, que integra o Grupo EDP no Brasil. A companhia está constituída sob a forma de sociedade por ações. Tem como objetivos sociais de atuação a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e por outros empreendimentos. Práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades fazem parte do seu escopo, como também a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionista.

A CESA possui concessões de geração em operação junto à ANEEL das seguintes usinas: Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Alegre, Fruteiras, Jucu, Rio Bonito, Viçosa e São João, todas localizadas no estado do Espírito Santo. A capacidade instalada total é de 67,64 MW e a energia assegurada totaliza 36,3 MW médios.



1.8. Estratégias e Objetivos

A CESA está alinhada à estratégia da EDP no Brasil e fundamenta-se em três pilares: crescimento orientado, risco controlado e eficiência superior, que permeia todas as atividades de trabalho e os planos de negócios; e eficiência superior, tema que concentrou as atenções em 2009.

Para atendimento aos pilares estratégicos foi implementado ao longo do ano o Programa Vencer, estruturado em torno de quatro alavancas e 12 vertentes que sustentam ainda mais a estratégia empresarial. A reestruturação organizacional, por exemplo, forneceu as bases para os planos e as metas de crescimento da Companhia, com um quadro de liderança comprometido com resultados a serem alcançados em curto, médio e longo prazos.



Por meio do Vencer foram estruturadas metas financeiras e operacionais compartilhadas por todas as áreas da Organização, que visam à consolidação da EDP no Brasil como uma empresa de referência no mercado, comprometida em criar valor com sustentabilidade para todos os seus stakeholders.



A execução da estratégia é amparada por ferramentas de gestão que permitem o desdobramento, detalhamento e monitoramento dos pilares – crescimento orientado, risco controlado e eficiência superior – em planos de ação específicos:

Ampliar a atuação em geração – Por meio de sua vasta experiência no desenvolvimento e gerenciamento de projetos de geração, aliada à capacidade de formar parcerias com outras companhias importantes nesse segmento, a EDP no Brasil possui posição estratégica para aproveitar as oportunidades de crescimento em geração elétrica. As principais iniciativas da Companhia estão nos segmentos de energia hidrelétrica e termelétrica. No primeiro, visa ampliar sua participação por meio de leilões de novos aproveitamentos hidrelétricos, pelo desenvolvimento de estudos de viabilidade em andamento, com foco em hidrelétricas de pequeno e médio porte, e pela aquisição de ativos já existentes. No segmento de energia termelétrica, iniciou em 2008 as obras da UTE Porto do Pecém, no Ceará, usina a carvão mineral erguida em sociedade de 50% com a empresa MPX Energia, que acrescentará 360 MW à sua capacidade instalada. Esse projeto



enquadra-se no atendimento às demandas do País de ampliar sua capacidade energética para garantir, de forma segura, o desenvolvimento econômico. O projeto foi concebido de acordo com os padrões ambientais requeridos em térmicas instaladas na Europa, para garantir a baixa emissão de poluentes. Parte das emissões de gases de efeito estufa serão compensadas por novos investimentos em tecnologia limpa.

Manter forte atuação em comercialização – O foco na comercialização de energia é uma resposta estratégica ao desenvolvimento do mercado de consumidores livres no Brasil. A Companhia pretende fidelizar clientes localizados dentro e fora de suas áreas de distribuição que optem pela condição de livres, fornecendo-lhes energia por meio de sua comercializadora. Também assessorará esses clientes com a oferta de soluções adaptadas às suas necessidades energéticas, agregando valor à prestação de serviços.

Focar no desenvolvimento de energia renovável – Todos os projetos de geração da EDP no Brasil, à exceção de Pecém, são hídricos ou eólicos. A Empresa possui o controle acionário de 13 PCHs e dois parques eólicos em parceria com a EDP Renováveis, o que representa capacidade geradora total de 165,3 MW de energia renovável. Além disso, possui outras 24 PCHs em fase de estudos de viabilidade e projetos eólicos em diferentes fases de elaboração. Com essa base, pretende atingir posição de liderança no mercado brasileiro de energia renovável, em alinhamento ao atual contexto do setor elétrico brasileiro, cada vez mais voltado às fontes alternativas e de acordo com a crescente demanda global por energia limpa.

Estimular a sustentabilidade e a inovação – A EDP no Brasil tem como compromisso conduzir seus negócios e utilizar recursos de acordo com preceitos mundiais de sustentabilidade. Procura utilizar e prover recursos naturais nos processos de produção, minimizando desperdícios, utilizando a energia de forma eficiente, confiando em fontes de energia renováveis e reduzindo, em toda a cadeia de produção, as emissões de gases de efeito estufa. Promove ainda condições seguras de trabalho, preservando a saúde dos colaboradores, além de investir em programas sociais. Para potencializar o fomento à inovação, foi lançado o EDP 2020, prêmio que permitirá a prospecção de novas ideias e o estímulo ao desenvolvimento de projetos inovadores no setor energético brasileiro, promovendo o empreendedorismo. O prêmio estará focado no domínio de energias renováveis, redes inteligentes, mobilidade elétrica, eficiência energética, microgeração, cidades sustentáveis e outras áreas que marcam os novos paradigmas do setor energético.

Consolidar a posição como um player relevante do setor elétrico – A Companhia objetiva se posicionar como um participante central no desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, por meio da identificação das melhores oportunidades de negócios em seus segmentos de atuação e obedecendo a rigorosos critérios de retorno sobre o investimento.

Para execução da estratégia, a empresa adotou as 10 regras de ouro, que fazem parte do compromisso de todas as empresas do grupo EDP no Brasil e que foram estabelecidas como fonte de inspiração aos colaboradores:

- **Compromisso total com a empresa;**
- **Compromisso com a transformação;**
- **Comunicação e troca de conhecimento;**
- **Desenvolvimento e motivação das pessoas;**
- **Foco no cliente e no desenvolvimento do negócio;**
- **Controle rigoroso de custos;**
- **Busca da superação constante;**
- **Gestão do impacto em todos os investidores;**
- **Construção de um ambiente aberto e não hierarquizado;**
- **Responsabilização e controle.**

Um grande evento em 2009, o Encontro, foi realizado para comunicação da estratégia e o compromisso com os desafios traçados no Programa Vencer. Além disso, foi consolidado ao longo de todo o ano o processo de alinhamento das metas do Grupo EDP no Brasil com as metas de Empresa, Área e Individuais de todos os colaboradores. Em 2009 foi desenvolvido e disponibilizado na Intranet para todos os



colaboradores do Grupo EDP no Brasil, o SGP – Sistema de Gestão de Performance, ferramenta para acompanhamento e monitoramento de todas as metas, dando maior transparência ao processo e rapidez no cálculo da remuneração variável atrelada aos resultados obtidos.

1.9. Sustentabilidade do Negócio

Para a EDP no Brasil, holding que detém o controle da CESA, a sustentabilidade representa uma nova abordagem de se fazer negócios, pois cria valor para o acionista ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento de toda a sociedade. É uma perspectiva que concilia os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e foca o horizonte de longo prazo.

A Companhia definiu políticas, códigos e princípios e assumiu compromissos internacionais e nacionais que expressam os conceitos de responsabilidade econômica, social e ambiental (o *triple bottom line*). Esses aspectos, associados a um modelo de governança corporativa baseado em transparência, conduzem ações concretas e compõem sua visão, sua missão e seus valores.

Princípios do Desenvolvimento Sustentável

A EDP no Brasil é orientada por oito princípios de desenvolvimento sustentável, que são regras fundamentais a serem observadas em sua atuação.

1. Criação de Valor

- Criar valor para os acionistas;
- Aumentar a produtividade e a eficiência e reduzir a exposição a riscos decorrentes dos impactos econômicos, ambientais e sociais das atividades;
- Assumir um compromisso de orientação para o cliente, garantindo níveis elevados de qualidade de serviço;
- Integrar os aspectos ambientais e sociais nos processos de planejamento e de tomada de decisão.

2. Eficiência na utilização dos recursos

- Promover o desenvolvimento de tecnologias energéticas mais limpas e eficientes;
- Desenvolver formas de produção baseadas em energias renováveis;
- Promover a melhoria da eficiência energética e o uso racional e seguro da energia;
- Promover a inovação em produtos, serviços e tecnologias sustentáveis e a transferência dos conhecimentos para a sociedade.

3. Proteção do meio ambiente

- Minimizar o impacto ambiental de todas as atividades que desenvolve;
- Participar de iniciativas que contribuam para a preservação do meio ambiente e a promoção da biodiversidade;
- Expandir a utilização de critérios ambientais para toda a cadeia de valor.

4. Integridade

- Garantir o cumprimento de padrões éticos em todas as atividades;
- Respeitar os direitos humanos em sua esfera de influência;
- Elaborar códigos de conduta específicos.

Visão

Ser uma das empresas líderes do setor energético brasileiro, com foco na criação de valor e na sustentabilidade.

Missão

Atuar no setor energético brasileiro com padrões de excelência no serviço aos clientes, proporcionando retorno aos acionistas, valorizando os colaboradores e exercendo a responsabilidade social corporativa.

Valores

Eficiente e excelente
Natural e sustentável
Envolvente e entusiasmante
Responsável e de confiança
Global e justa
Inovadora e com iniciativa
Aberta e com ambição



5. Diálogo com as partes interessadas

- Garantir um relacionamento aberto, transparente e de confiança com as diferentes partes interessadas;
- Instituir canais de consulta e comunicação com as partes interessadas e de integração de suas preocupações;
- Reportar de forma confiável e objetiva o desempenho, em suas vertentes econômica, ambiental e social.

6. Gestão do capital humano

- Adotar políticas e sistemas de gestão que garantam a saúde, a segurança e o bem-estar dos colaboradores;
- Promover o desenvolvimento das capacidades individuais para todos os colaboradores e premiar a excelência e o mérito;
- Combater práticas abusivas e discriminatórias, estimular a diversidade e promover a inclusão em todas as operações e na cadeia de valor.

7. Promoção do acesso à energia elétrica

- Promover o acesso confiável e generalizado à energia elétrica;
- Praticar uma política de preços transparente e socialmente justa;
- Desenvolver formas de produção de qualidade adequada de menor custo.

8. Apoio ao desenvolvimento social

- Apoiar iniciativas de promoção social e cultural, com base em critérios transparentes de avaliação de relevância para a comunidade;
- Promover a cooperação tecnológica nos âmbitos nacional e internacional;
- Apoiar as ações de desenvolvimento local e comunitário.

1.10. Engajamento das Partes Interessadas

A CESA procura manter um diálogo constante com as diferentes partes interessadas, por meio dos diversos canais de comunicação que disponibiliza. Esse relacionamento aberto e transparente com seus públicos é fundamental para o planejamento estratégico da Companhia, já que possibilita a identificação de oportunidades, a busca de soluções inovadoras e a detecção de falhas.

A seguir estão descritos os principais mecanismos de comunicação da EDP no Brasil com seus diversos grupos de *stakeholders*. Com todas essas ações, a Empresa procura estar sempre em contato com as demandas de sustentabilidade dos públicos envolvidos no negócio, buscando assim aperfeiçoar continuamente suas atividades de responsabilidade social.



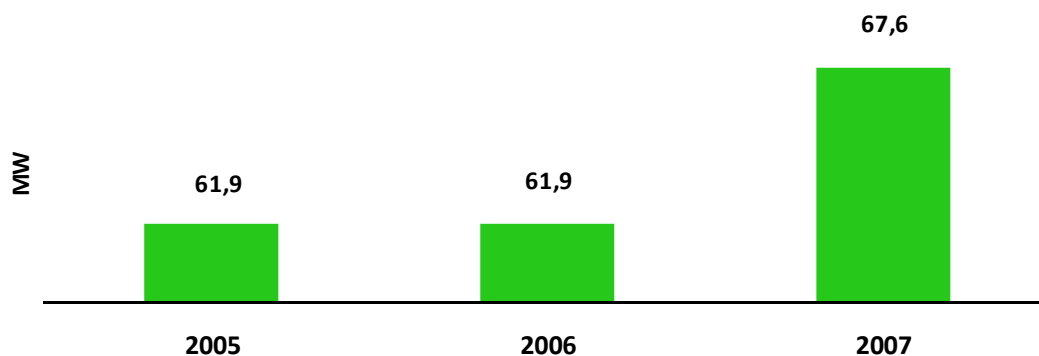
Engajamento de partes interessadas

Parte interessada	Canais de relacionamento	Ações
<p>Acionistas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acionistas (Controlador e Minoritário) • Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) 	<p>Assembleias gerais Área de Relações com investidores Reuniões trimestrais com analistas e investidores Press releases Internet Relatório Anual de Sustentabilidade</p>	<p>Divulgação de informações e resultados em reuniões periódicas Relatório trimestral de sustentabilidade ao acionista majoritário (EDP Energias de Portugal), com acompanhamento dos indicadores econômicos, ambientais e sociais das empresas do Grupo no Brasil</p>
<p>Público interno</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaboradores diretos e terceiros ▪ Familiares dos colaboradores ▪ Sindicatos 	<p>Intranet Revista ON (publicação corporativa) TV ON (canal interno de televisão) Canal de Sustentabilidade Canal de Comunicação e Denúncia Relatório Anual de Sustentabilidade</p>	<p>Treinamento e conscientização sobre responsabilidade social, cidadania e meio ambiente, garantindo o alinhamento aos princípios de sustentabilidade nas atividades diárias Pesquisa de clima Cooperação e ética no relacionamento com os sindicatos.</p>
<p>Clientes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE) 	<p>Internet Campanhas na mídia Folderes e cartazes informativos Relatório Anual de Sustentabilidade</p>	<p>Reuniões com clientes corporativos</p>
<p>Fornecedores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores de serviços • Fornecedores de materiais • Terceirizados 	<p>Área de Suprimentos Fórum de fornecedores Internet Relatório Anual de Sustentabilidade</p>	<p>Cláusulas contratuais com critérios socioambientais e de direitos humanos para a contratação de serviços e produtos Incentivo à adoção dos princípios de sustentabilidade do Grupo, do Código de Ética, das políticas corporativas e à promoção da sustentabilidade</p>
<p>Sociedade</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidades no entorno dos empreendimentos ▪ ONGs e entidades sociais ▪ Entidades setoriais (Abrage, Acende, Apimec) ▪ Instituições de ensino e pesquisa ▪ Instituições culturais ▪ Mídia 	<p>Reuniões com entidades comunitárias, ONGs, instituições de ensino e pesquisa Participação em entidades setoriais Revista ON Entrevistas para a imprensa Press releases Internet Relatório Anual de Sustentabilidade</p>	<p>Programas sociais, culturais e ambientais direcionados às comunidades das áreas de atuação Consultas públicas sobre os empreendimentos Relacionamento proativo e ético com os meios de comunicação e imprensa locais e de representatividade regional ou nacional. Parceria em projetos de P&D.</p>
<p>Governo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Órgãos reguladores (Ministério das Minas e Energias; Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Agência Nacional da Água (ANA)) ▪ Órgãos e conselhos de desenvolvimento (políticas públicas) ▪ Órgãos de defesa do meio ambiente, Ministério do Meio Ambiente, Ibama ▪ Ministério Público 	<p>Área de Regulação Reuniões de gestores da Companhia e representantes governamentais Relatórios financeiros trimestrais Internet Relatório Anual de Sustentabilidade</p>	<p>Conformidade com as normas estabelecidas pelas agências governamentais pertinentes Projetos em parceria com governos municipais, estaduais e federal para promover o desenvolvimento sustentável das comunidades Representação em grupos de trabalho e fóruns para a elaboração de políticas setoriais e de interesse público.</p>

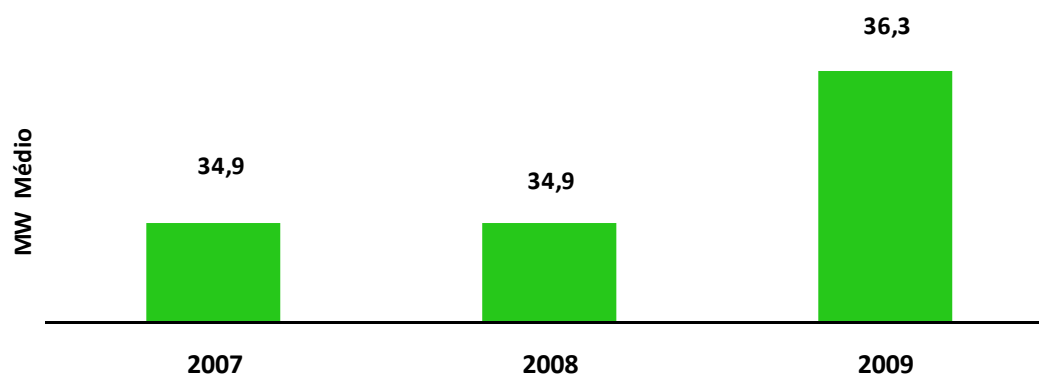


1.11. Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

Evolução da Capacidade Instalada



Energia Assegurada



Dimensão Governança Corporativa





2. DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança é estruturada em nível de *holding* e está alicerçada pelo compromisso com as melhores práticas no relacionamento com os públicos que interagem com a EDP no Brasil e suas controladas. É adotada uma governança corporativa caracterizada pela transparência, ampliação dos direitos dos acionistas, prestação de contas e ampla divulgação de informações. Como reforço a esse modelo, a *holding* do Grupo EDP no Brasil, o qual a Castelo Energética S.A. - CESA faz parte, mantém apenas ações ordinárias, com direito a voto, listadas desde julho de 2005 no Novo Mercado da Bovespa – segmento das empresas que assumem compromissos de governança adicionais às determinações de legislação das sociedades por ações.

Entre as melhores práticas figuram:

- Extensão a todos os acionistas do direito de *tag along* de 100% (inclusão em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da alienação de controle, por idêntico preço pago por ação do bloco de controle);
- Distribuição de dividendos de, no mínimo, 50% do lucro ajustado (ante 25% determinados pelo Estatuto);
- Divulgação mais ampla de informações trimestrais, incluindo fluxo de caixa;
- Independência e qualificação dos membros do Conselho de Administração;
- Resolução dos conflitos entre os acionistas por meio de uma Câmara de Arbitragem, o que representa a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.
- Código de Ética subscrito por todos os colaboradores;
- Políticas de Negociação de Ações e de Divulgação de Informações.

Conselho de Administração da EDP no Brasil

O Conselho de Administração é composto por oito membros, incluindo um Presidente e quatro conselheiros independentes, sendo dois deles indicados por acionistas minoritários. São eleitos pela Assembléia Geral para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. O órgão é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo; eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da Companhia.

A atuação do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento é regida por um regulamento específico. As reuniões ordinárias acontecem a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. Em 2009, foram realizadas 13 (treze) reuniões ordinárias e nove extraordinárias. A remuneração global dos conselheiros é aprovada pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, de forma separada à proposta de remuneração da Diretoria, e totalizou para o Conselho de Administração até R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais) para o período de abril/2009 a março/2010.

A condição dos conselheiros independentes segue a definição do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC): não ter qualquer vínculo com a sociedade, exceto eventual participação de capital; não ser acionista controlador, membro do grupo de controle, cônjuge ou parente até segundo grau deles, ou ser vinculado a organizações relacionadas ao acionista controlador; não ter sido empregado ou diretor da sociedade ou de alguma de suas subsidiárias; não estar fornecendo ou comprando, direta ou indiretamente, serviços e/ou produtos à sociedade; não ser funcionário ou diretor de entidade que esteja oferecendo serviços e/ou produtos à sociedade; não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum diretor ou gerente da sociedade; e não receber outra remuneração da sociedade além dos honorários de conselheiro (dividendos oriundos de eventual participação no capital estão excluídos dessa restrição).



Diretoria da EDP no Brasil

A Diretoria é composta por 4 (quatro) membros eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos. É encarregada de administrar os negócios e adotar os atos necessários ou convenientes, bem como executar as deliberações do Conselho de Administração. A remuneração da Diretoria considera o alcance de metas econômicas, ambientais e sociais e é proposta pelo Conselho de Administração à Assembléia Geral Ordinária, que aprovou em 2009 o valor global até R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais) para o período de abril/2008 a março/2009.

A partir de janeiro de 2010, a Diretoria passou por uma reestruturação, a qual configura atualmente com a seguinte composição:

Nova composição da Diretoria

Diretor-presidente: *António Manuel Barreto Pita de Abreu*

Diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores: *Miguel Dias Amaro*

Diretor vice-presidente de Geração: *Luiz Otavio Assis Henriques*

Diretor vice-presidente de Distribuição: *Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas*

Diretor vice-presidente de Comercialização: *Luiz Otavio Assis Henriques*

Diretor vice-presidente de Controle de Gestão: *Miguel Dias Amaro*

Comitês de Assessoramento

No início de 2008, o Conselho de Administração decidiu pela extinção do Comitê de Supervisão, mantendo os outros três, que são: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. São responsáveis por assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas. Todos são integrados exclusivamente por três conselheiros, que podem solicitar informações e sugestões de integrantes da Diretoria ou de membros do corpo gerencial da companhia.

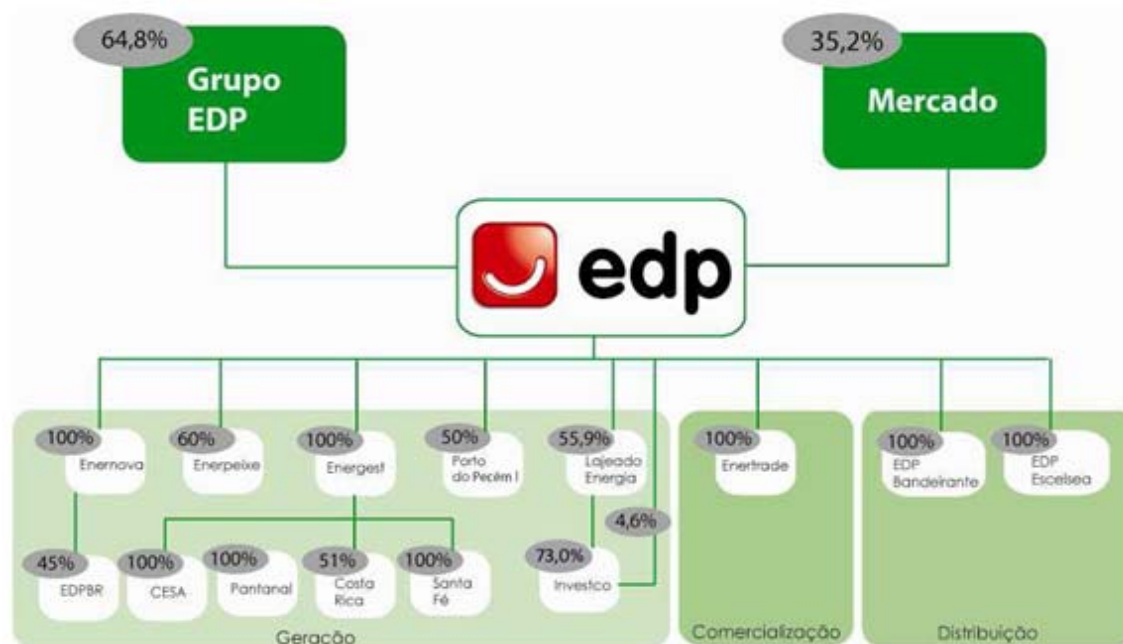
Comitê de Auditoria – É responsável por acompanhar e avaliar as atividades de auditoria externa e interna, monitorar os riscos de negócios e acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações. De caráter permanente, estabelece ainda procedimentos para recebimento, retenção e tratamento das queixas dos assuntos recebidos pelo Canal de Comunicação e Denúncia da EDP no Brasil. É composto por três membros, sendo um deles conselheiro independente (Francisco Roberto André Gros, que ocupa o cargo de presidente do Comitê), um indicado pelo acionista controlador (Nuno Maria Pestana de Almeida Alves) e um nomeado pelos acionistas minoritários (Francisco Carlos Coutinho Pitella).

Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa – De caráter permanente, é encarregado de zelar pela perenidade da organização, com uma visão de longo prazo e sustentabilidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição de negócios e operações. Deve também assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e dos mais elevados princípios éticos, visando aumentar o valor da sociedade, facilitar o acesso ao capital a custos mais baixos e contribuir, de modo igual, para a sua perenidade. Entre suas atribuições, destaca-se a proposição do regime de avaliação do Conselho de Administração e de seus membros, além da análise e do acompanhamento de negócios entre partes relacionadas. O presidente do Comitê é conselheiro independente (Pedro Sampaio Malan), sendo os dois outros membros Ana Maria Machado Fernandes, representante do acionista controlador e Modesto Souza Barros Carvalhosa, indicado pelos acionistas minoritários.

Comitê de Remuneração – Comitê consultivo de deliberação colegiada, de caráter não-permanente, tem a função de assessorar o Conselho de Administração nas deliberações relativas às políticas de remuneração da EDP no Brasil e de suas controladas. Dois de seus integrantes são indicados pelo acionista controlador (António Luis Guerra Nunes Mexia, que preside o Comitê, e Nuno Maria Pestana de Almeida Alves) e um é conselheiro independente (Pedro Sampaio Malan).



Estrutura Societária



Diretoria da Castelo Energética S.A. - CESA

A Diretoria é formada pelo Diretor-Presidente e por dois Diretores sem designação específica, com atribuições definidas de acordo com o Estatuto Social da Companhia. O mandato é de três anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria realiza reuniões sempre que necessário.

A partir de março de 2009, a Diretoria apresenta uma nova composição, decorrente da reestruturação do modelo de gestão do Grupo EDP no Brasil.

Diretor Presidente: Luiz Otavio Assis Henriques

Diretor: Álvaro Jorge Guerreiro de Sousa

Diretor: André Luiz de Castro Pereira

Código de Ética

O Código de Ética orienta as ações de relacionamento da EDP no Brasil e de suas controladas com seus públicos interno e externo. Estabelece uma conduta de transparência, honestidade e integridade, com o cumprimento de legislação, respeito aos direitos humanos, não-discriminação, igualdade de oportunidades e proibição de práticas de suborno e corrupção.

Na página da EDP no Brasil, na Internet (www.energiasdobrasil.com.br), no *link* Fale Conosco, há um canal de comunicação e denúncia pelo qual acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores, bem como outros interessados, podem apontar condutas que julguem inadequadas aos princípios do Código de Ética do Grupo. Não é necessário identificar-se, com a garantia de anonimato para quem quiser preservá-lo.

Os procedimentos para receber, reter e tratar as queixas recebidas por esse canal são definidos pelo Comitê de Auditoria. Trata-se de uma instância para qualquer pessoa encaminhar recomendações ao Conselho de Administração.

Políticas Corporativas

Para o relacionamento com o mercado de capitais, são mantidas duas políticas que se alinham às melhores práticas de governança: a Política de Divulgação de Informações e Manutenção de Sigilo e a Política de Negociação com Valores Mobiliários. Ambas foram ajustadas em 2007 para se adequar à Instrução CVM 449, de 15 de março de 2007, alinhando a legislação às práticas de mercado.



A Política de Divulgação se aplica a todas as pessoas que possam deter informação relevante, estabelecendo regras de sigilo e confidencialidade e atribuindo responsabilidade direta e subsidiária pela divulgação de fato relevante ao diretor de Relações com Investidores e aos destinatários que tenham conhecimento pessoal de fato relevante, respectivamente.

A Política de Negociação fixa parâmetros e limites para a negociação com papéis da Companhia, de forma a evitar o uso de informações relativas a fatos relevantes para obter vantagem no mercado acionário.

Durante o ano de 2007 também foram editadas outras políticas corporativas, com o objetivo de aprimorar os padrões de governança e sustentabilidade. Essas políticas abordam: Sustentabilidade; Comunicação; Meio Ambiente, Saúde Ocupacional e Segurança; Relações Sindicais; Combate à Corrupção, Suborno e Propina; Contra o Trabalho Infantil e Escravo; Contra a Discriminação e o Assédio Sexual e Moral; Valorização da Diversidade, e Ativos Intangíveis .

Em 2008 a *holding* do Grupo alterou a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia que passou a distribuir 50% do lucro líquido ajustado e atualizou a Política de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Auditoria independente

Em atendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas entidades auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam de auditoria externa, a Companhia informa que os serviços prestados, no exercício de 2008, pelos auditores independentes foram relacionados à prestação de serviços de auditoria independente de demonstrações financeiras.

Relações com investidores

A Diretoria de Relações com Investidores administra o relacionamento com o mercado de capitais. Durante o ano foram realizadas diversas reuniões com profissionais e analistas do mercado de capitais e quatro teleconferências para a divulgação dos resultados trimestrais, iniciativas reconhecidas com o Selo Apimec, da Associação dos Analistas e Profissionais de Mercado de Capitais, que atesta a assiduidade do Grupo em seus encontros com o mercado. Na Internet, é mantida uma página de Relações com Investidores, com informações atualizadas sobre os negócios e o desempenho econômico-financeiro.

Integrantes do Conselho de Administração da EDP no Brasil

António Luis Guerra Nunes Mexia – Presidente Executivo da EDP - Energias de Portugal desde março de 2006, António Mexia está à frente, também, do Conselho de Administração da EDP no Brasil. Com relevantes passagens pelo setor energético português - foi presidente da Associação Portuguesa de Energia por dez anos, de 1992 a 2002, além de alto executivo de empresas como Galp Energia e Transgás, António Mexia destaca-se ainda por ter ocupado, de julho de 2004 a março de 2005, o ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do governo português. Na área acadêmica, destacou-se como professor no curso de pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica, de 1985 a 1989, e como assistente no Departamento de Economia da Universidade de Genève, entre 1979 e 1991.

António Manuel Barreto Pita de Abreu – Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da EDP no Brasil a partir de 08 de janeiro de 2008. Licenciado em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (Universidade Técnica de Lisboa) em 1972. Desempenha funções no Sector Elétrico desde 1977. Atualmente é: Administrador Executivo da EDP, S.A. (com responsabilidade sobre as áreas da Distribuição de Eletricidade e de Recursos Humanos); Diretor Presidente da EDP no Brasil; Membro do Conselho Consultivo do Departamento de Engenharia e Gestão do Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa; Membro do Comitê de Infraestruturas da FIESP. Anteriormente, entre outros cargos, desempenhou os seguintes: Diretor Geral Coordenador na EDP - Energias de Portugal, S.A.; Secretário-Geral e Secretário da Sociedade da EDP, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da REN, Rede Eléctrica Nacional, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da EDP Produção – Gestão da Produção de Energia, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da EDINFOR – Sistemas de



Informação, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da ENAGÁS; Presidente do Conselho de Administração da Sãvida; Presidente do Conselho de Administração da MRH – Mudança e Recursos Humanos, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Onitelem – Infocomunicações, S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDP – Distribuição - Energia, S.A.; Administrador da Hidrocantábrico Energia; Presidente da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas Eléctricas; Vice-Presidente da APE - Associação Portuguesa de Energia; Membro efetivo do Conselho de Administração da Eurelectric, Union of the Electricity Industry. Exerceu durante vários anos funções docentes como Professor Auxiliar Convidado no Departamento de Engenharia Eletrotécnica do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Em representação da EDP, foi membro da CIGRÉ - Conférence International des Grands Réseaux Électriques a Haute Tension e da UNIPÉDE - Union des Producteurs et Distributeurs de l'Europe. Tem trabalhos publicados no domínio dos Sistemas Digitais de Controlo de Processos e no da Automatização de Redes Eléctricas.

Ana Maria Machado Fernandes – Conselheira desde março de 2006 e integrante do Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1986), Pós-Graduada em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e MBA pela Escola de Gestão do Porto (1989). Foi Assistente na Faculdade de Economia do Porto de 1986 a 1991. Iniciou a sua carreira profissional em 1986 na Conselho – Gestão e Investimentos, empresa do Grupo Banco Português do Atlântico, na área de mercado de capitais, investimentos e reestruturação de empresas. Em 1989, assumiu funções na área de “Corporate Finance” da Sociedade de Investimentos EFISA, sendo posteriormente Diretora do Banco EFISA. Em 1992 integrou o Grupo Banco de Fomento e Exterior como Administradora na área da Banca de Investimento e foi Diretora de “Corporate Finance” no BPI entre 1996 e 1998. Em 1998, integrou a Gás de Portugal como Diretora de Planeamento Estratégico e M&A e em 2000 assumiu as funções de Diretora de Estratégia e Gestão do “Portfolio” de Negócios da Galp e, posteriormente, foi simultaneamente Presidente da Galp Power e Administradora da Transgás. Em 2004 foi nomeada Administradora da Galp Energia onde permaneceu até ao início de 2006.

Francisco Carlos Coutinho Pitella – Conselheiro desde 10 de abril de 2007 e membro do Comitê de Auditoria. É presidente do Conselho de Administração e Diretor Geral da Juruena Participações e Investimentos S.A. e Presidente do Comitê de Investimentos do Energia PCH Fundo de Investimento em Participações, é membro do Conselho de Administração da Cia. de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, e representante no Brasil das tradings Marc Rich Investment AG, Stratton Metals LTD e Trafigura AG na importação e exportação de minérios e metais. Formado em Engenharia Civil pela Escola Nacional de Engenharia da UFRJ. Foi diretor de Relações com Investidores da GTD Participações S.A. Foi membro dos Conselhos de Administração e Fiscal da Escelsa e da Enersul. Foi Diretor Geral para a América do Sul das tradings AIOC Corporation e Marc Rich Investment AG. Foi Diretor da Vale do Rio Doce Alumínio S.A. - ALUVALE e membro dos Conselhos de Administração das empresas Valesul Alumínio S.A. e Mineração Rio do Norte S.A. e dos Conselhos Consultivos da Albras - Alumínio Brasileiro S.A. e da Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.

Francisco Roberto André Gros – Conselheiro independente desde 14 de setembro de 2005 e presidente do Comitê de Auditoria. Graduado em Economia (BA) pela Universidade de Princeton (EUA), em 1964. É o Presidente do Conselho de Administração da Wilson Sons, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Globex S.A. (Ponto Frio), da OGX Petróleo e Gás, e membro do conselho de companhias como Lojas Renner S.A., Fosfertil S.A., EDP no Brasil, AGCO (USA) e Wellstream (UK). Foi presidente da Fosfertil S.A. de 2003 a 2007. Foi membro do conselho de administração da Petrobras de 2000 a 2002, e Presidente da Companhia no ano de 2002. Foi membro da Câmara de Gestão da Crise de Energia (GCE) e presidente do Comitê de Reestruturação do Setor Elétrico em 2001. Exerceu o cargo de presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre março de 2000 e dezembro de 2001. De novembro de 1993 a fevereiro de 2000, atuou no banco de investimentos Morgan Stanley, onde ocupou o cargo de Managing Director. Foi Presidente do Banco Central em duas ocasiões, 1987 e de 1991 a 1992. Entre 1987 e 1989, foi Presidente da Aracruz Celulose S.A. e, de julho de 1985 a fevereiro de 1987, ocupou os cargos de Diretor do BNDES e Vice-Presidente do BNDESPar. De 1981 a 1985 foi Diretor Executivo do Unibanco S.A., responsável pela área de mercado de capitais, e no período de 1977 e 1981 atuou como Superintendente Geral e Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.



Modesto Souza Barros Carvalhosa – Conselheiro desde 14 de setembro de 2005 e integrante do Comitê de Sustentabilidade e Governança é também membro do Conselho Curador da Universidade Federal de São Carlos e da Fundação Padre Anchieta, do Conselho de Administração da Companhia Melhoramentos de São Paulo e da Câmara de Arbitragem da Bolsa de Valores de São Paulo. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo e Doutor de Direito Comercial e Econômico pela USP, foi professor de Direito Comercial da USP, consultor jurídico da Bolsa de Valores de São Paulo, presidente do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção São Paulo e membro da Comissão Constitucional da OAB.

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves – Conselheiro desde março de 2006 e integrante dos Comitês de Auditoria e de Remuneração. Apesar de licenciado em Engenharia e Construção Naval pela Universidade de Michigan, em 1980, foi pela área administrativo-financeira que Nuno Alves construiu a sua carreira. Na mesma universidade onde alcançou o título de engenheiro, tornou-se mestre em gestão de empresas, em 1985. Três anos depois, deu início à sua trajetória profissional, como técnico na direção de estudos e planejamento do Banco Comercial Português. Fez carreira na instituição, onde passou por diversos cargos até assumir, em 1999, a presidência do Conselho de Administração da CISF Dealer (braço de investimentos do Banco Comercial Português), e, em 2000, o cargo de Administrador com responsabilidade sobre a Tesouraria e Mercado, do agora denominado Millennium BCP Investimento (anterior Banco CISF).

Pedro Sampaio Malan – Conselheiro independente desde abril de 2006 e Presidente do Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. Formado em Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1965, com Ph.D. em Economia pela Universidade de Berkeley, Califórnia. Membro dos Conselhos de Administração das empresas Globex-Ponto Frio; EDP Energias do Brasil; OGX Petróleo e Gás Participações S.A.; Membro do Conselho Consultivo da ALCOA.; Membro do Conselho Curador da International Accounting Standards Committee Foundation; Ex-Presidente do Conselho de Administração do Unibanco; Professor do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro; Ministro da Fazenda de 1995 a 2002; Presidente do Banco Central do Brasil de 1993 a 1994; Consultor Especial e Negociador-chefe para Assuntos da Dívida Externa – Ministério da Fazenda de 1991 a 1993; Diretor Executivo do Banco Mundial de 1986 a 1990 e de 1992 a 1993.

Integrantes da Diretoria da EDP no Brasil

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu – Diretor-Presidente a partir de 8 de janeiro de 2008. Biografia já apresentada em Conselho de Administração.

Luiz Otavio Assis Henriques – Diretor Vice-Presidente de Geração a partir de maio de 2008 e Diretor Vice-Presidente de Comercialização desde janeiro de 2010. Engenheiro eletricitista formado pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), em 1980, e pós-graduado em Planejamento Energético e Modelo de Privatização Britânico pela De Monfort University of Leicester, da Inglaterra, Luiz Otavio iniciou carreira na Cesp (Companhia Energética de São Paulo), onde entrou em 1981 e ocupou as funções de Gerente Técnico da regional de Itapeva, Gerente de Planejamento e Operações de Sistemas Elétricos, Gerente Comercial da regional de Atibaia, Gerente de Planejamento e Controle do Departamento Leste e gerente regional de Atibaia. Após a criação da Elektro, em 1998, assumiu o cargo de Gerente de Novos Negócios da empresa. De 1999 a 2002, o executivo foi diretor de Trading e Risco da Enron, em São Paulo. De volta à Elektro, foi gerente de suprimento de energia e grandes clientes até agosto de 2005, quando passou a diretor comercial e de suprimento de energia da distribuidora e a diretor da comercializadora.

Miguel Dias Amaro – Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão a partir de 08 de janeiro de 2008 e de Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores a partir de 05 de janeiro de 2009. Engenheiro mecânico formado pelo Isel (Instituto Superior de Engenharia de Lisboa), o executivo Miguel Amaro deixou o cargo de diretor de Auditoria Interna Corporativa da Portugal Telecom (PT), ocupado de outubro de 2003 a dezembro de 2007. Antes da PT, onde foi também assessor do presidente executivo Miguel Horta e Costa, em 2003, Amaro trabalhou como analista financeiro do setor de telecomunicações, no Espírito Santo B&M, em Madrid, de 2000 a 2002, e como adjunto da SETF (Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças), do Ministério das Finanças do governo de Portugal, entre novembro de 1999 e setembro de 2000.



Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas – Diretor Vice-Presidente de Distribuição desde janeiro de 2010. Ingressou no Grupo EDP no Brasil em 2006, como chefe de gabinete do presidente do Conselho de Administração Executivo. Em 2007, foi nomeado administrador da EDP Comercial e passou a coordenar também a área de Marketing e Comunicação do Grupo EDP. Foi membro da administração da EDP Inovação, da Portgás e da Fundação EDP, onde se mantém como administrador. Formou-se em Engenharia Física no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, onde também fez o mestrado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores. Em 1996, fez MBA na Universidade Nova de Lisboa. Sua experiência no setor de energia teve início em 1998, como diretor de Marketing da Gás de Portugal. Foi ainda administrador da Setgás, administrador executivo da LisboaGás, diretor de Marketing do Grupo Galp Energia, administrador e presidente da Comissão Executiva da CP – Comboios de Portugal e administrador da OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa. Começou a sua vida profissional como consultor na McKinsey & Company.

Integrantes da Diretoria da Castelo Energética S.A. - CESA

Luiz Otavio Assis Henriques – Diretor Presidente da Cesa desde 30 de maio de 2008 e Diretor Vice-Presidente de Geração da EDP no Brasil a partir de 07 de maio de 2008. Biografia já apresentada em Diretoria da EDP no Brasil.

Álvaro Jorge Guerreiro de Sousa – Diretor da Cesa desde 27 de agosto de 2008. Engenheiro Eletrotécnico formado pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, cursou o Programa Avançado de Direção de Empresas – AESE, exerceu o cargo de chefe de departamento de condução de central térmica na Companhia de Produção de Eletricidade CPPE, tendo atuado posteriormente como Diretor de Produção Térmica. Em 2000 exerceu o cargo de Diretor Executivo na Companhia de Eletricidade de Macau. Após em 2005 exerceu o cargo de Diretor de Desenvolvimento de Negócios na EDP Produção, sendo atualmente parte integrante da Diretoria da Energest S.A.

André Luiz de Castro Pereira – Diretor da Cesa desde 09 de março de 2009. Iniciou sua trajetória profissional no setor elétrico em 1993 na THEMAG Engenharia, trabalhando em diversos projetos hidrelétricos, em especial na UHE Porto Primavera. De 1998 a 2005, ocupou cargos como Coordenador Adjunto de Engenharia Civil e Gerente de Engenharia na fase de implantação das Usinas Hidrelétricas de Lajeado (UHE Luís Eduardo Magalhães) – 902,5 MW e Peixe Angical – 452 MW, no Estado do Tocantins, com experiência em planejamento, projetos e construção na área de geração. Em 2006 ingressou na EDP Energest, na função de Superintendente de Gestão de Projetos Hídricos. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em 1992, e pós-graduado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, no Departamento de Estruturas e Fundações.

Dimensão Econômico-Financeira





3. DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A CESA atua no estado do Espírito Santo, em uma região que concentra importantes setores econômicos – como indústria de siderurgia e de papel e celulose – e mantém desenvolvida infra-estrutura de transporte, educação, saúde e saneamento. A receita líquida da empresa totalizou R\$ 43,4 milhões e o EBITDA representou R\$ 35,6 milhões, com lucro líquido de R\$ 16,3 milhões.

3.1. Cenário macroeconômico e o setor de energia elétrica

O consumo de energia elétrica no Brasil em 2009 refletiu o impacto da crise financeira internacional e encerrou o ano com queda de 1,1% comparativamente a 2008, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A retração foi provocada pelo recuo de 8% na classe industrial, que sentiu mais intensamente os efeitos da crise.

Já o consumo residencial cresceu 6,2%, impulsionado pelo aumento do número de consumidores e do gasto médio, favorecido por ações governamentais de estímulo ao consumo, como redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e eletrodomésticos e lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida, no segmento imobiliário. A demanda no segmento comercial registrou expansão de 6,1% no período, influenciado especialmente pela abertura de pontos de venda, de acordo com a EPE.

O desempenho do setor elétrico acompanhou a curva de comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), que recuou no início de 2009 e apresentou recuperação a partir do terceiro trimestre. Nesse cenário, destaca-se o consumo das famílias, favorecido pela preservação da renda, redução da inflação, melhora nas condições do mercado de crédito e ações governamentais de estímulo ao consumo, como redução do IPI para automóveis e eletrodomésticos e o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida no segmento imobiliário.

Em 2009, o Banco Central adotou medidas para estimular o consumo, como a redução da taxa básica de juros (Selic) para 8,75% ao ano, seu menor nível histórico. A estabilidade dos preços assegurou uma inflação alinhada à meta de 4,5% para o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA). Foi também interrompido o ciclo de apreciação do real que havia decorrido do forte ingresso de capitais internacionais no país e da perda global de paridade do dólar. No acumulado do ano, o dólar registrou desvalorização de 25,3%.

3.2. Ambiente Regulatório

Leilões

As distribuidoras de energia elétrica garantem o atendimento ao seu mercado cativo por meio de leilões de energia realizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A energia vendida nos leilões pode provir de empreendimentos novos ou existentes.

O modelo do setor elétrico requer que os agentes de distribuição planejem sua necessidade de energia com antecedência. Essa previsão serve para sinalizar a necessidade da construção de usinas em tempo hábil.

Os Leilões A-3 e A-5 têm como objetivo atender as necessidades do mercado com novos empreendimentos, através de contratos de energia celebrados três anos antes do início da entrega e cinco anos, respectivamente.

Já os leilões para compra de Energia de Reserva diferem dos leilões tradicionais do novo modelo, anteriormente citados, pois têm por objetivo aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), mediante a venda de energia elétrica de empreendimentos novos e existentes que serão remunerados através de encargos pagos por todos os consumidores de energia do SIN.



Em 27 de agosto de 2009, foi realizado o Leilão A-3, que vendeu 11 MW médios, com preço médio de venda de R\$ 144,5/MWh. Foi negociada energia de duas usinas, uma PCH e uma térmica a bagaço de cana. Do total comercializado, apenas 1 MW médio foi de fonte hídrica, proveniente da ampliação da PCH Rio Bonito, no Rio Santa Maria da Vitória (ES), vendida a R\$ 144/MWh, em um contrato de 30 anos. A térmica vencedora do leilão foi a UTE Codora, que comercializou a energia a R\$ 144,60/MWh, por 15 anos.

O Ministério cancelou o Leilão A-5, marcado para o dia 21 de dezembro, em razão de ausência, até aquele momento, de licenciamento ambiental prévio para a outorga de concessão de sete aproveitamentos hidrelétricos, com total de 905 MW de potência. Além disso, a demanda das distribuidoras a partir de 2014 poderia ser atendida pela energia a ser contratada no Leilão A-3.

O 1º Leilão de Reserva de Energia Eólica, em dezembro, direcionado exclusivamente para contratação de energia de centrais geradoras eólicas, teve como preço-teto R\$ 189,00 por MWh e alcançou média de R\$ 148,00 por MWh. A EDP Renováveis Brasil, empresa formada por EDP Renováveis e EDP no Brasil, não participou do leilão, por concluir que o valor estabelecido como teto não seria suficiente para assegurar rentabilidade adequada para viabilizar os projetos.

3.3. Desempenho Econômico-Financeiro

Geração e Distribuição de Riqueza

Em 2009, o valor adicionado distribuído pela CESA representou R\$ 39,4 milhões. Os valores distribuídos ao Governo, através de impostos, taxas e contribuições representaram 35% da riqueza gerada pela Empresa, perfazendo R\$ 13,8 milhões, com aumento de 48% em relação a 2008. Os colaboradores receberam R\$ 843 mil e os acionistas R\$ 16,4 milhões.

Demonstração de Valores Adicionados – DVA

Geração de Riqueza (R\$ Mil)	2009		2008		Variação (%)
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
RECEITA OPERACIONAL (Receita bruta de vendas de energia e serviços)	49.870	100,0%	52.649	100,0%	-5,3%
Suprimento de Energia	45.591	100,0%	42.823	100,0%	6,5%
Disponibilização do sistema de transmissão	3.892		6.836		-43,1%
Energia de Curto Prazo	-		-		
Serviços e Outras receitas operacionais	387		2.990		-87,1%
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	(657)		(2.983)		-78,0%
CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS	-		-		
(-) INSUMOS (Insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros etc.)	(7.106)		(6.788)		4,7%
Resultado Não Operacional	-		-		
= VALOR ADICIONADO BRUTO	42.107		42.878		-1,8%
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO (depreciação, amortização)	(4.212)		(4.353)		-3,2%
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	37.895		38.525		-1,6%
+ VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO (Receitas financeiras, resultado da equivalência patrimonial)	1.544		1.710		-9,7%
= VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	39.439		40.235		-2,0%



Distribuição da Riqueza – Por Partes Interessadas	2009		2008	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
EMPREGADOS	843	2%	769	2%
GOVERNO (impostos, taxas e contribuições e encargos setoriais)	13.843	35%	7.194	18%
FINANCIADORES	8.354	21%	9.609	24%
ACIONISTAS	16.468	42%	21.530	54%
RETIDO - AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-69	0%	1.133	3%
= VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (TOTAL)	39.439	100%	40.235	100%

Distribuição da Riqueza – Governo e Encargos Setoriais	2009		2008	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
TRIBUTOS/TAXAS/CONTRIBUIÇÕES	11.851	86%	6.597	92%
INSS		0%		0%
ICMS		0%		0%
PIS/PASEP	840	6%	341	5%
COFINS	3.869	28%	1.574	22%
ISS		0%		0%
IRPJ a pagar do exercício	5.234	38%	3.145	44%
CSSL a pagar do exercício	1.883	14%	1.322	18%
CPMF		0%	20	0%
Outros Impostos e Taxas	25	0%	195	3%
ENCARGOS SETORIAIS	1.992	14%	597	8%
RGR	1.439	10%		0%
CCC		0%		0%
CDE		0%		0%
ECE e EAEEE		0%		0%
TFSEE	278	2%	355	5%
Compensação Financeira	91	1%	129	2%
ESS		0%		0%
Contribuições FNDCT e EPE	184	1%	112	2%
Contribuições ASMAE e CCEE		0%	1	0%
P&D		0%		0%
= VALOR DISTRIBUÍDO (TOTAL)	13.843	100%	7.194	100%



3.4. Indicadores Econômico-Financeiros

Outros indicadores	2009		2008
	R\$ Mil	Variação %	Valor
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	49.870	-5,3%	52.649
Deduções da Receita (R\$ Mil)	(6.455)	204,9%	(2.117)
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	43.415	-14,1%	50.532
Custos e Despesas Operacionais do Serviço (R\$ Mil) (1)	(11.948)	-23,0%	(15.515)
Receitas Irrecuperáveis¹⁸ (R\$ Mil)			
Resultado do Serviço (R\$ Mil) (1)	31.467	-10,1%	35.017
Resultado Financeiro (R\$ Mil) (1)	(10.738)	36,1%	(7.887)
IRPJ/ CSSL (R\$ Mil) (1)	(7.117)	59,3%	(4.467)
Lucro Líquido (R\$ Mil) (1)	16.399	-27,6%	22.663
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ Mil)			
Dividendos Distribuídos (R\$ Mil) (1)	(21.530)	112,1%	(10.151)
Custos e Despesas Operacionais por MWh vendido (R\$ Mil)	0,0	-16,7%	0,0
Riqueza (valor adicionado líquido) por Empregado (R\$ Mil)			
Riqueza (valor a distribuir) por Receita Operacional Bruta (%)	79,08%	3,5%	76,42%
EBITDA ou LAJIDA (R\$ Mil)	35.679	-9,4%	39.370
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	82,2%	5,5%	77,9%
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante) (1)	54,0%	1,7%	53,12%
Liquidez Geral ((Ativo (Circulante + Não Circulante)) / ((Passivo (Circulante + Não Circulante))) (1)	20,5%	-48,5%	39,75%
Margem Bruta (lucro líquido / receita operacional bruta) (%)	32,9%	-23,6%	43,0%
Margem Líquida (lucro líquido / receita operacional líquida) (%)	37,8%	-15,8%	44,8%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (lucro líquido/ patrimônio líquido) (%)	29,5%	0,3%	29,4%
Estrutura de Capital			
Capital próprio (%) (1)	27,0%	-11,2%	30,4%
Capital de terceiros oneroso (%) (empréstimos e financiamentos) (1)	11,4%	6,2%	10,8%
Capital de terceiros não oneroso (%) (1)	73,0%	4,9%	69,6%

(1) Ano de 2008 reclassificado

3.5. Ativos Intangíveis

A definição e gestão dos ativos intangíveis está estruturada em nível de *holding*, orientada por política corporativa formalizada pela EDP no Brasil desde 2007 e seguida por suas controladas.

Quatro aspectos representam importantes vantagens competitivas que diferenciam a EDP no Brasil e concretizam o alcance de suas metas empresariais: capital humano, capital da informação, capital organizacional e capital mercadológico.

Reúnem o conhecimento existente na Organização para executar sua estratégia bem como cumprir sua Visão, sua Missão e seus Valores; os sistemas que dão suporte às operações; a cultura empresarial; as marcas e a reputação da Companhia. Esses temas integram uma Política Corporativa de Ativos Intangíveis e são abordados pela perspectiva de aprendizado e conhecimento, de forma alinhada ao processo de planejamento estratégico.



O quadro a seguir apresenta como cada um dos ativos intangíveis da EDP é desenvolvido e as principais ações de 2009 em cada tema.

Ativo intangível	Como é desenvolvido	Ações em 2009
<p>Capital humano – Competências, habilidades, talento e conhecimento dos profissionais.</p>	<p>Investimento em capital humano para manter pessoas permanentemente alinhadas à estratégia e ampliar seus conhecimentos de tecnologia de produção e de gestão. Isso ocorre tanto pela produção interna desse saber como por meio de parcerias com fornecedores, capacitação individual, convênios com universidades, contratos de transferência tecnológica, processos estruturados de <i>benchmarking</i> e trabalhos de consultorias de gestão.</p>	<p>1) + Talento, com projetos de sucessão orientada ao crescimento;</p> <p>2) ações para estagiários, Jovens de Elevado Potencial (JEPs) – colaboradores de até 30 anos – e Especialistas de Alta Performance (EAPs);</p> <p>3) Criação de um banco de boas práticas na intranet, para promover o aprendizado, a troca de experiências e facilitar o acesso ao conhecimento a todos os colaboradores. A ideia é que o banco reúna diversas práticas da empresa e do mercado, sob a perspectiva da execução da estratégia da EDP, com foco em identificar problemas no modo como o trabalho é executado, e não nas pessoas que o realizam.</p>
<p>Capital da informação – Infraestrutura, sistemas e tecnologia de informação, assim como aplicativos de gestão do conhecimento necessários para dar suporte à estratégia.</p>	<p>Portfólio de investimentos em tecnologia que têm prioridade na alocação de financiamentos e outros recursos.</p>	<p>Foi concluída a unificação dos sistemas de gestão administrativos, técnicos e comerciais. O Projeto Integração, uma das mais importantes iniciativas nessa direção, teve duração de três anos (junho de 2006 a junho de 2009) e foi desenvolvido em duas principais fases distintas. A Onda 1, finalizada em novembro de 2007, constituiu-se basicamente da atualização de versão do SAP R/3 (sistemas administrativos, financeiros e de RH) mais o BW (relatórios gerenciais) em todas as empresas do Grupo.</p>
<p>Capital organizacional – Inclui aspectos como cultura organizacional, liderança qualificada, alinhamento de metas e remuneração variável à estratégia e trabalho em equipe.</p>	<p>Iniciativas de motivação, alinhamento de esforços e comprometimento com as diretrizes organizacionais.</p>	<p>A principal iniciativa do ano foi representada pelo Programa Vencer, direcionado para o desenvolvimento de uma nova cultura empresarial. Envolveu a redução de níveis hierárquicos e do número de chefias, e a revisão dos processos produtivos. Com os novos responsáveis pelas áreas foi assinado um compromisso de gestão, com o estabelecimento de aspirações e metas ambiciosas e um conjunto de iniciativas estratégicas com a visão de futuro. Englobou ainda o programa Sou + EDP, de divulgação da estratégia empresarial, em atividades que envolveram os colaboradores das empresas do Grupo EDP.</p>
<p>Capital mercadológico – Esse ativo se refere às marcas e à reputação da EDP.</p>	<p>A proteção da marca integra uma política mundial da EDP – Energias de Portugal, que emprega em todas as operações a mesma logomarca: um sorriso em fundo vermelho, que simboliza compromisso com a sustentabilidade e relação próxima com seus públicos: clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas, governo e sociedade. A reputação envolve a percepção desses públicos sobre a imagem da empresa.</p>	<p>Posicionamento em indicadores expressos pelas pesquisas de qualidade dos serviços, além de Prêmios que revelam o reconhecimento do mercado.</p>



3.6. Gestão de Riscos

A gestão de riscos está estruturada em nível de holding e representa um dos pilares da execução da estratégia do Grupo EDP no Brasil. As principais ameaças ao desempenho dos negócios são mapeadas, identificadas e têm seu impacto mensurado com o apoio de metodologias e ferramentas desenvolvidas para cada tipo de risco. Esse processo tem coordenação global e inclui um Portal de Riscos na internet. O tratamento ocorre pela sua mitigação ou eliminação, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, sempre especificados no Portal. Todos os materiais e relatórios relevantes para o acompanhamento dos riscos são cadastrados no Portal e atualizados de acordo com a periodicidade da informação.

Em modelo descentralizado de gestão, a Auditoria Interna faz a supervisão dos riscos corporativos, estando diretamente ligada à Presidência da EDP no Brasil, enquanto os riscos das atividades rotineiras são monitorados pelos respectivos gestores. Está em elaboração um novo mapeamento de todos os riscos aos quais as atividades estão expostas, com o objetivo de rever as relações de incidência e impacto, assim como o apetite da Companhia ao risco, como parte da definição estratégica de riscos controlados.

Esse processo está sendo norteado por aspectos de sustentabilidade, com o objetivo de aperfeiçoar instrumentos e manter a aderência aos princípios que conduzem a atuação do Grupo. Atende também ao Princípio da Precaução, pelo qual a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental ou danos à saúde humana.

Riscos inerentes ao setor elétrico

Energético – O cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões do País é avaliado pela Diretoria de Planejamento Energético e pela Gerência de Riscos Energéticos, que consideram um horizonte de cinco anos, além de analisar as variáveis macro e microeconômicas e as especificidades de cada mercado de atuação. Quando os riscos ultrapassam os limites definidos pela política da Companhia é elaborado e apresentado à Diretoria-executiva um relatório de impactos e ações mitigadoras. Esse processo é realizado com o apoio de softwares e modelos estatísticos desenvolvidos pela EDP no Brasil. O modelo inclui a identificação, a parametrização, a avaliação e o controle do risco, com o objetivo de antecipar potenciais impactos sobre as áreas de distribuição, geração e comercialização, de forma a prepará-las para assegurar o fornecimento de energia, ampliar a receita e minimizar eventuais prejuízos.

Regulatório – Com atividades de distribuição e geração reguladas e fiscalizadas pela Aneel, os principais riscos regulatórios são representados pelas revisões tarifárias e investimentos determinados pelo órgão regulador. A EDP no Brasil mantém uma área de Assuntos Regulatórios, que centraliza o relacionamento com a Aneel e acompanha os aspectos contratuais da concessão que podem interferir no andamento dos negócios.

Hidrológicos – Formados basicamente por hidrelétricas, os ativos de geração têm sua operação influenciada por condições de clima e regime de chuvas. Além disso, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume, determinado pelo órgão regulador, integra o contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas integradas ao sistema elétrico nacional.

Riscos da empresa

Operacionais – Um Plano de Gestão de Crise, em fase de instauração, engloba vários cenários – como interrupção de fornecimento de eletricidade, acidentes de trabalho, greve, desastres naturais, colapso de tecnologia de informações e telecomunicações, pandemias –, além de um plano de comunicação e um modelo de governança para a gestão de crise. O plano foi elaborado pelo Comitê de Segurança e Gerenciamento de Crise, instância criada em 2008 com o objetivo de gerir de forma integrada os assuntos relacionados à segurança global da empresa. Suas responsabilidades incluem transmitir a visão estratégica de segurança, avaliar a abrangência dos requisitos de segurança, garantir a conscientização das pessoas e analisar incidentes, entre outras. Nas distribuidoras, os Centros de Operação de Sistema (COS) podem ser



operados remotamente a partir de qualquer unidade, de forma a minimizar riscos operacionais. Em 2009 foi elaborado um Plano de Atendimento às Emergências (PAE) na Bandeirante, com medidas de prevenção e combate a incêndio, mitigação de impactos à segurança de pessoas e à integridade de máquinas e equipamentos, assim como prevenção ambiental. No âmbito do PAE já em vigor, a Enerpeixe fez simulação de combate a incêndio no transformador, um dos 20 cenários definidos como significantes. Na EDP Energest, ocorreu a contratação de serviços para elaboração de Planos de Contingência e Emergência das UHEs Suíça e Mascarenhas e das PCHs São João e Rio Bonito.

Financeiros – As decisões sobre ativos e passivos financeiros são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado, liquidez e crédito. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da EDP no Brasil, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. Define ainda que a Companhia não negocia contratos de derivativos além de valores relacionados à *hedge* de dívida em moeda estrangeira, para travar o risco de fortes variações cambiais. Em 31 de dezembro de 2009, os compromissos em moeda externa referiam-se basicamente a duas operações (financiamento para as obras da termelétrica de Pecém, em 2009, e empréstimo do BID contraído pela Bandeirante, em 2004) e representavam 7,6% do endividamento da EDP no Brasil, sendo 99,2% protegidos por *hedge* cambial. Essa política também prevê prazos para vencimento e liquidação de compromissos, evitando assim a concentração de compromissos em um mesmo período. Semanalmente é apresentado à Diretoria-executiva um relatório sobre posição de caixa e aplicações financeiras, discriminando as operações de acordo com a política de riscos e as contrapartes. No gerenciamento desses riscos, a Companhia utiliza ferramentas como o Risk Control, para cadastro e monitoramento de todas as posições, e VaR (*Value at Risk*) para quantificar a exposição ao risco.

Mercado – Esse risco engloba inadimplência dos clientes, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), perdas não técnicas e variação nos preços de energia. Sua mitigação inclui ações de combate a perdas, regularização de ligações clandestinas e a atuação das distribuidoras em regiões com atividades econômicas e características próprias.

Ambientais – Abrangem o risco de não cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental e de exposição a desastres naturais. Todos os empreendimentos e atividades de geração e distribuição são executados de acordo com a Política de Sustentabilidade do Grupo e a Política Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, que dispõem sobre o compromisso de preservação do meio ambiente.

Dimensão Social e Setorial





4. DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL

4.1. Indicadores Setoriais Externos - Fornecedores

Direitos Humanos

A EDP no Brasil, controladora da CESA, aderiu aos princípios do Pacto Global e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ambas iniciativas das Nações Unidas que convidam a comunidade empresarial, organizações internacionais, organizações não-governamentais e outras entidades a se comprometer, adotar, apoiar e promover o exercício dos direitos humanos. É signatária, também, no Brasil, do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, capitaneado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, em parceria com outras instituições.

Com esse norteadores, a empresa direciona suas políticas, processos e procedimentos na realização de práticas que corroborem os compromissos assumidos, buscando disciplinar e multiplicar seus conceitos em toda a cadeia de negócios. A EDP no Brasil e suas controladas não mantêm operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, forçado ou análogo à escravidão. Não se relaciona, também, com atividades que possam colocar em risco à liberdade de associação.

Nos novos empreendimentos, todos os contratos de investimentos e os projetos derivados, contemplam exigências relativas a aspectos sociais e ambientais e o respeito aos direitos humanos.

Responsabilidade na Cadeia de Produção

A gestão dos fornecedores ocorre de forma corporativa, em nível de *holding*, que possui estrutura organizativa para atender todas as necessidades de contratação de serviços e de materiais/equipamentos. Dessa forma, a EDP no Brasil atua como agente formador e indutor na aplicação de seus compromissos, princípios e políticas em todos os seus fornecedores. Além de incluir em seus contratos com os parceiros, cláusulas de respeito aos direitos humanos, como proibição do trabalho infantil e escravo, estabelece condicionantes sociais e ambientais a serem atendidas. Com a finalidade de promover o desenvolvimento da região em que possui negócios, a *holding* e suas controladas formalizam em suas cotações, para prestação de serviços ou aquisição de novos produtos ou equipamentos, regra estabelecendo a prioridade de contratação de fornecedores locais, na ocorrência de igualdade de preço, prazo e qualidade.

Comunicação com fornecedores

Para garantir um relacionamento pautado no diálogo transparente e na busca conjunta pelas melhores soluções, a empresa conta com diversos canais de comunicação com esse público. Possui um canal on-line por meio do qual os fornecedores de materiais e serviços podem se informar sobre os critérios de avaliação e encaminhar suas propostas de cadastramento. Também podem realizar consultas de seus dados realizarem alterações ou atualizações.

4.2. Indicadores Setoriais Externos – Comunidade

A CESA está comprometida com o desenvolvimento das comunidades da região em que opera. Trata-se de um compromisso alinhado à sua controladora, a EDP no Brasil, que há anos faz do desenvolvimento das pessoas parte da estratégia de implantação de seus projetos em sua área de influência.

O negócio da empresa – geração de energia – classifica-a como uma prestadora de serviços essenciais. Assim, a CESA procura levar esse serviço à população com qualidade e segurança, de forma a garantir a todos o acesso a esse bem básico.

A empresa acredita que sua influência nas comunidades onde estão instaladas suas usinas será maior, se houver uma contribuição para o progresso educacional e cultural e, conseqüentemente, econômico, das pessoas.

Essa idéia orienta o Instituto EDP, responsável pelas iniciativas de sustentabilidade da controladora e suas empresas. Sua atuação se iniciou, de fato, em 2008, com o objetivo de desenvolver e coordenar as políticas de Investimentos Ambientais, Investimentos Sociais, Voluntariado e Gestão Institucional entre seus



públicos estratégicos. Esse compromisso está expresso nos oito princípios de desenvolvimento sustentável, em vigor desde 2006 e já arraigados na forma de gestão de seus programas sociais, ambientais e culturais.

Políticas de investimento social externo

Desde 2006, a CESA atua junto às comunidades respeitando a política de investimento social externo definida pelas empresas da EDP no Brasil.

O instrumento segue princípios como: a contribuição para a promoção do desenvolvimento das comunidades; o estímulo ao fortalecimento do exercício da cidadania; valorização e respeito às instituições, organizações, atitudes, normas, cultura e valores das comunidades atendidas pelos investimentos; o apoio às redes sociais de solidariedade; a promoção da integração entre capital humano e o capital social; o estabelecimento de pontes entre a energia elétrica - negócio da empresa - e os investimentos sociais projetados e; a construção de parcerias para o intercâmbio social.

Na esfera cultural, a meta é promover e ampliar o acesso a manifestações culturais e artísticas. O destaque foi o prêmio Energia nas Artes, que consolida as artes plásticas como o terceiro pilar dos programas culturais. Os outros dois são o estímulo à leitura e o teatro. Lançada com parceria com o Instituto Tomie Ohtake, a premiação destina-se a revelar jovens talentos nas diversas vertentes das artes plásticas brasileiras. A primeira premiação aconteceu maio de 2009.

Em 2009, a CESA apoiou a Confederação Brasileira de Judô, por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, a fim de promover a inclusão social pela prática esportiva e disseminar o Judô em todo território nacional.

Comunicação e Relacionamento com a Comunidade

Como parte da diretriz de comunicação e relacionamento com a comunidade, a CESA segue o Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade (SGIS), que possui um Plano de Comunicação Social abrangendo a criação de canais de comunicação direta com a comunidade e sua forma de interação.

Para divulgar informações diretamente ligadas ao negócio da empresa, como dicas de economia e segurança de energia, direitos e deveres, projetos sociais e conservação dos empreendimentos, foram realizados inúmeros eventos comunitários e visitas, a fim de atingir públicos específicos. A CESA mantém, também, estreito relacionamento com a imprensa, através de um canal exclusivo, a fim de atender solicitações e responder a possíveis reclamações.

4.3. Indicadores Setoriais Externos – Governo e Sociedade

Combate à corrupção

Os compromissos assumidos reiteram a preocupação da organização com a transparência e a ética nos negócios. Suas políticas corporativas – inclusive a Política de Combate à Corrupção, ao Suborno e à Propina e seu Código de Ética – estão disponíveis na internet e podem ser consultadas pelos colaboradores também em murais, folders e na intranet. Dessa forma, a empresa procura levar seus valores e princípios éticos a todo o quadro de colaboradores.

Em 2009, foi realizada uma discussão a partir da seguinte afirmação: *Corrupção, propina? Me inclua fora dessa*. Conduzida por palestrantes convidados, em dez cidades das áreas de negócio, a atividade contou com a participação de 401 colaboradores, representando 16,7% do quadro. O objetivo foi reforçar a importância da responsabilidade individual sobre ações – como suborno e pirataria – e compromisso coletivo em dizer não à corrupção.

A aplicação do Código de Ética e o seu monitoramento estão sob responsabilidade do Comitê de Ética, que se reúne mensalmente. Clientes, acionistas, fornecedores, colaboradores e o público em geral podem apontar desvios e conflitos no cumprimento desses princípios por meio do Canal de Comunicação e Denúncia.

Anualmente, por ocasião da elaboração do plano de trabalho, a Auditoria interna faz uma avaliação dos diversos processos e pondera os riscos em termos de probabilidade e impacto, considerando inclusive os aspectos de corrupção e fraude, como forma de direcionar os trabalhos da área e garantir a adequação do ambiente de controles internos. O plano anual da Auditoria Interna é submetido à aprovação formal da



Diretoria e do Comitê de Auditoria da controladora. As medidas adotadas em caso de não conformidade estão previstas no Regulamento do Comitê de Ética e incluem as sanções disciplinares e legais aplicáveis às circunstâncias.

Políticas públicas

A EDP no Brasil participa ativamente do processo de definição de normas e regulamentos setoriais, com o objetivo de melhorar os serviços de energia prestados ao usuário final e assegurar soluções adequadas para a competitividade das empresas. Nesse sentido, colabora nas discussões realizadas no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Ministério de Minas e Energias, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e em diferentes entidades setoriais das quais participa.

Exemplo desse envolvimento foi colocar à disposição dos órgãos reguladores a experiência internacional em geração de energia eólica para auxiliar na definição das regras do leilão de energia produzida por essa fonte renovável. Empenhou-se também em defender o aumento de 30 MW para 50 MW para o limite de classificação de empreendimento hidrelétrico como PCH, como forma de ampliar os aproveitamentos do potencial hídrico do País de forma rápida e com menores impactos.

As empresas do Grupo atuam e mantêm representação em entidades do setor elétrico, como: Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Associação dos Produtores Independentes de Energia (Apine), Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Instituto Acende Brasil e Câmara de Meio Ambiente do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, entre outros. Participa ainda de associações e fóruns empresariais, entre eles o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o Instituto Ethos, o Conselho Empresarial de Cidadania, da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), e o Instituto Akatu.

Concorrência desleal

A CESA e demais empresas da EDP no Brasil estão comprometidas com a adoção de relacionamentos pautados pelo respeito e pela transparência, que abrangem todos os públicos de interesse, inclusive seus concorrentes. Possui formalizada e divulgada a Política de Combate à Corrupção, Suborno e Propina, além de participar como membro no Grupo de Trabalho de Empresas de Combate à Corrupção para elaboração do Manual de Responsabilidade Social das Empresas. Essa iniciativa reflete a importância do tema para as operações do Grupo EDP no Brasil e seu interesse por um ambiente de negócios saudável e ético.

Em 2009, não houve registro de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio em suas operações.

Dimensão Ambiental





5. DIMENSÃO AMBIENTAL

A CESA, em alinhamento com as diretrizes da EDP no Brasil, adota em suas operações medidas que visam minimizar os impactos causados por suas atividades, buscando a excelência na gestão ambiental e atuando de forma responsável na conservação do meio ambiente. Sua cultura corporativa prevê a conscientização de seus gestores e colaboradores, a inclusão do componente socioambiental nas decisões de investimento e a utilização de tecnologia que contribua para a preservação da natureza.

Para isso, a empresa segue os Princípios de Desenvolvimento Sustentável do Grupo e, desde 2007, possui política corporativa, em que formaliza os compromissos de proteção ao meio ambiente e à biodiversidade. Está em implementação, também, o Sistema de Gestão Integrada de Sustentabilidade (SGIS), que contempla os requisitos da série de normas internacionais ISO 14000 (meio ambiente) e OHSAS 18000 (saúde e segurança).

Em 2008, outra iniciativa importante foi o lançamento do Econnosco, programa de eficiência e economia de recursos criado em Portugal para todo o Grupo, voltado à conscientização dos colaboradores.

É importante ressaltar que a matriz energética da CESA é composta por fontes hídricas, portanto, proveniente de energias renováveis. Trata-se de uma importante contribuição para a matriz energética brasileira quanto a alternativas complementares de energia, além de acarretar menor impacto nas alterações climáticas.

Os investimentos e gastos com proteção ambiental em 2009 somaram R\$ 1.244.289,15.

Investimentos e gastos em proteção ambiental por tipo

Proteção do ar e clima	R\$ 0,00
Gestão de águas reiduais	R\$ 0,00
Gestão de resíduos	R\$ 2.200,00
Proteção e recuperação de solos, águas subterrâneas e superficiais	R\$ 382.218,82
Redução de ruídos e radiações	R\$ 1.800,00
Proteção da biodiversidade e da paisagem	R\$ 330.917,92
Gestão de radiações eletromagnéticas	R\$ 0,00
Investigação e desenvolvimento na área do ambiente	R\$ 0,00
Outras atividades de gestão e proteção do ambiente	R\$ 527.152,41
Total	R\$ 1.244.289,15



POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

A ação corporativa e as operações da EDP Energias do Brasil e suas controladas devem ser pautadas nos seguintes compromissos relativos à gestão ambiental, de saúde ocupacional e de segurança do trabalho:

- 1.** Considerar a componente socioambiental nas atividades da empresa, nas decisões de investimento e em toda a cadeia de valor, em especial nos fornecedores críticos, na logística e nos clientes.
- 2.** Utilizar critérios socioambientais que minimizem os impactos locais e regionais, bem como promover a integridade física de sua força de trabalho, respeitando a legislação ambiental, de segurança e saúde ocupacional e demais requisitos e compromissos assumidos pela empresa.
- 3.** Gerenciar os riscos visando a sua eliminação, redução e controle antecipado, prevenindo incidentes e acidentes materiais ou pessoais.
- 4.** Promover a utilização de tecnologias que contribuam para a preservação do meio ambiente, a preservação da poluição, a eficiência energética e o uso racional de recursos naturais.
- 5.** Promover e apoiar iniciativas de conservação da natureza e de valorização da biodiversidade, considerando as características culturais e regionais.
- 6.** Promover processos formais de comunicação, de consulta e envolvimento de partes interessadas, no contexto das interações com o meio ambiente e a segurança e saúde.
- 7.** Promover a melhoria contínua do desempenho ambiental, social e de segurança e saúde ocupacional.

Mudanças Climáticas Globais

Empresas do setor elétrico do mundo todo têm sido convidadas a apresentar soluções no que diz respeito às mudanças climáticas, resultando em medidas que apontam para uma transformação profunda na geração e distribuição de energia elétrica. A contribuição da CESA e demais empresas da EDP no Brasil a essa questão se dá por meio da atuação ativa em programas e iniciativas do setor e pela participação em debates e fóruns nacionais e internacionais.

Exemplo disso foi a adesão da *holding* em 2006 ao Carbon Disclosure Project (CDP), iniciativa financiada pelo Carbon Trust do governo britânico e por um grupo de fundações liderado pela Rockefeller Foundation. Com 385 signatários, constitui-se na maior coalizão de investidores do mundo. Por meio dos questionários que envia anualmente a mais de três mil empresas de todos os continentes, o CDP levantou o maior banco de dados sobre emissão de gases causadores do efeito estufa no globo, e seus relatórios, divulgados todos os anos, oferecem uma análise detalhada de como as grandes corporações se posicionam em relação às mudanças climáticas. Em 2008 as informações relativas às empresas controladas pela EDP no Brasil foram apresentadas no reporte da EDP Energias de Portugal, para não promover a duplicidade de dados.

No Brasil, a CESA, representada pela EDP no Brasil, passou a integrar o Programa Brasileiro GHG Protocol em 2008. A iniciativa busca promover a mensuração e incentivar a gestão voluntária das emissões de gases



de efeito estufa (GEE), propondo a construção de uma plataforma nacional para publicação dos inventários de GEE corporativos e proporciona aos participantes acesso a instrumentos e padrões de qualidade internacional para contabilização e elaboração de relatórios.

O Programa busca compatibilidade com as melhores práticas e normas internacionais, como os padrões e metodologias do GHG Protocol, da International Organization for Standardization (ISO) e do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), adaptando-as ao contexto nacional.

A implementação do Programa é uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (CES/FGV), o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o World Resources Institute (WRI) e o World Business Council for Sustainable Development (WBSCD).

Em ambos os programas, os dados coletados e organizados oferecem um panorama sobre as estratégias adotadas pelas empresas em relação ao assunto e sobre como elas administram os riscos e oportunidades gerados por uma futura economia movida a quantidades menores de carbono.

Além disso, o reconhecimento pelo investimento em energias renováveis e atuação consistente no tema das mudanças climáticas podem ser reconhecidos pela atuação no protocolo de Kyoto, no qual a PCH São João e PCH Rio Bonito fazem parte de projeto de MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, gerando créditos de carbono.

Emissões Atmosféricas

O parque gerador da CESA é composto por seis pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e, portanto, não há emissão de NOx e SOx. As emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE) provêm basicamente do consumo de combustíveis pela frota veicular própria e terceirizada e de energia elétrica utilizada nas instalações da empresa.

A empresa segue o Programa de Redução do Consumo de Combustíveis e o Programa de Gerenciamento de Emissões Atmosféricas, coordenados pela *holding*, que visam a redução das emissões da frota veicular.

Entre as iniciativas para a redução das emissões de GEE, destacou-se a intensificação do consumo de álcool na frota veicular. O diferencial no uso desse combustível está na promoção de uma ciclagem de CO₂ na atmosfera, diferentemente do que ocorre com os combustíveis fósseis, que retiram carbono das camadas profundas do subsolo.

Emissões de Gás de Efeito Estufa – GEE (tCO₂ eq)

	2009
Emissões Biomassa	0
Álcool (Etanol)	0
Emissões Escopo I	0
Gasolina	0
Diesel	0
GNV	0
SF6	0
Emissões Escopo II	21,97
Energia Elétrica	21,97
Emissões totais	21,97

Modernização e Repotenciação

A repotenciação de usinas, realizada por meio da substituição e modernização de equipamentos, apresenta como principal ganho ambiental o retardamento da construção de novos empreendimentos e, conseqüentemente, do alagamento de novas áreas. Tal estratégia vem sendo adotada pela CESA para incremento de sua capacidade instalada sem a promoção de novos impactos ambientais.

O projeto da usina Rio Bonito já está concluído, possibilitando o acréscimo de 4,8 MW de capacidade instalada, equivalente a 27% da potência atual do empreendimento sem a necessidade de inundação de



novas áreas.

Projetos de Repotenciação

Empreendimento	Estado	Potência Instalada (MW)	Acréscimo Potência Instalada (MW)	Total Potência Instalada (MW)
PCH Rio Bonito	Espírito Santo	17,7	4,8	22,5

Gestão dos Recursos Hídricos

Por possuir um parque gerador composto basicamente por hidrelétricas, a CESA tem forte compromisso com a preservação das áreas afetadas. Sua política ambiental prevê o monitoramento da flora e fauna silvestre das áreas adjacentes às suas plantas, bem como da qualidade das águas dos reservatórios.

A CESA dedica cuidados especiais a gestão dos recursos hídricos nos seus empreendimentos de geração, mantendo assim a qualidade da água nos reservatórios das usinas controladas pela empresa tendo em vista garantir o acesso aos bens naturais pelas atuais e futuras gerações.

Os Programas de Monitoramento realizados pela CESA devem atender os padrões regulamentares estabelecidos para atendimento da qualidade da água, preservação da cadeia trófica e a conservação ambiental. Dentre os estudos em andamento podemos destacar o Programa de Monitoramento do Nível do Lençol Freático, cujo objetivo principal é a caracterização e Análise da vegetação ciliar ao longo do rio Castelo, nas áreas de vazão normal e reduzida, visando verificar possíveis diferenças qualitativas e/ou quantitativas entre as mesmas através de monitoramento o comportamento do lençol freático nas diferentes sazonalidades, os Programas Sedimentométricos que fornecem as informações a respeito da evolução das condições batimétricas do reservatório e da variabilidade de transporte de sedimentos em suspensão a montante e a jusante do corpo hídrico.

Estão em curso nas usinas da Castelo Energética S.A. - CESA nove projetos relacionados à gestão dos recursos hídricos, sendo que estes programas monitoramento permitem a avaliação da influência da operação do empreendimento na qualidade e quantidade das águas através da coleta de amostras, manutenção e operação de estações fluviométricas e pluviométricas.

Consumo de recursos naturais e materiais

Investir em métodos e tecnologia que promovam o consumo eficiente dos recursos naturais e de materiais é uma das estratégias da CESA e de sua controladora EDP no Brasil. Está em andamento o programa Econosco, campanha de conscientização voltada aos colaboradores com o objetivo de promover o uso eficiente de recursos, além de manter os procedimentos de recuperação de materiais e equipamentos, prolongando sua vida útil e evitando a aquisição de novos

Água

As mudanças climáticas podem ter efeitos adversos na disponibilidade da água no mundo e a CESA e demais empresas da EDP no Brasil preocupam-se com o uso racional desse recurso em suas instalações, bem como com o monitoramento de seus reservatórios. A empresa realiza anualmente campanhas internas que visam conscientizar o público interno sobre a importância do consumo responsável da água.

Energia Elétrica

Em 2009, ações de economia de energia elétrica foram sistematizadas por meio do programa Econosco. Em todas as unidades das empresas da EDP no Brasil campanhas foram realizadas para promoção do uso racional de eletricidade.

**Combustíveis**

O Programa Econosco realizou diversas campanhas internas em 2009 para racionalização do uso de combustível, com estímulo a substituição daqueles de origem fóssil para os de fonte renovável, como o álcool.

Educação Ambiental

Em 2009, a EDP no Brasil deu continuidade à implantação do Econosco, integrado por ações de incentivo à redução do consumo de recursos naturais e produção de resíduos, estímulo à reciclagem e à utilização do conceito de pegada ecológica, que calcula o impacto ambiental de indivíduos, organizações e populações. No programa atuam 50 embaixadores, profissionais voluntários que foram formados pelo Instituto EDP em parceria com o Instituto Akatu pelo Consumo Consciente. O programa é dividido em seis fases: água, papel, energia elétrica, resíduos, combustíveis e emissões e para cada uma são adotadas ações de sensibilização dos colaboradores. Já foram realizadas diversas ações desde o início do programa como: coleta e envio para reciclagem de papéis usados nos escritórios e de cartões de alimentação do Natal, e otimização do processo de impressão de documentos das áreas de manutenção e construção, entre outras.

O Econosco também identifica melhorias relacionadas à modernização das instalações de grupo e de seus equipamentos, que possam resultar em menor consumo.

Conformidade

Em 2009, não houve registro de penalidades administrativas ou judiciais de natureza ambiental na Castelo Energética S.A. - CESA.

Anexos





6. ANEXOS

6.1. Balanço Social Anual 2009

1 - Base de Cálculo		2009 Valor (Mil reais)			2008 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)		43.415			50.532		
Resultado operacional (RO)		20.729			27.130		
Folha de pagamento bruta (FPB)		0			0		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Previdência privada		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		1	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos		1	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte		34	0,16%	0,08%	0,00%	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros		0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade		34	0,16%	0,08%	0,00%	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)		13.843	66,78%	31,89%	7.194	26,52%	14,24%
Total - Indicadores sociais externos		13.877	66,94%	31,96%	7.194	26,52%	14,24%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		1.244	6,00%	2,87%	778	2,87%	1,54%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	178	0,66%	0,35%
Total dos investimentos em meio ambiente		1.244	6,00%	2,87%	956	3,52%	1,89%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) não possui metas () cumpre de 51 a 75%
 () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional		2009	2008
Nº de empregados(as) ao final do período		0	0
Nº de admissões durante o período		0	0
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		0	0
Nº de estagiários(as)		0	0
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		0	0
Nº de mulheres que trabalham na empresa		0	0
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		0%	0%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		0	0
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0%	0%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		0	0

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2009			Metas 2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		0			0		
Número total de acidentes de trabalho		0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2009: 39.439			Em 2008: 40.235		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		35 % governo 2 % colaboradores(as) 42% acionistas 21% terceiros 0% retido			18 % governo 2 % colaboradores(as) 53 % acionistas 24 % terceiros 3 % retido		

7 - Outras Informações

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.



EXPEDIENTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDP NO BRASIL

ANTÓNIO LUIS GUERRA NUNES MEXIA
António Manuel Barreto Pita de Abreu
Ana Maria Machado Fernandes
Francisco Carlos Coutinho Pitella
Francisco Roberto André Gros
Modesto Souza Barros Carvalhosa
Nuno Maria Pestana de Almeida
Pedro Sampaio Malan

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Álvaro Jorge Guerreiro de Sousa
André Luiz de Castro Pereira

EDIÇÃO

EDP no Brasil

COORDENAÇÃO GERAL

Instituto EDP

CONTEÚDO E REDAÇÃO

Marcelo Henrique C. Piccolo

COLABORAÇÃO

O Instituto EDP agradece a todos os colaboradores das diversas diretorias que contribuíram com o fornecimento de informações para este relatório.